



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-04/2026-SRP-PMO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026

1

O município de Oriximiná, por meio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**, através do Agente de Contratação/Pregoeiro Municipal, designado pela Portaria nº 065/2026 de 09 de janeiro de 2026, torna público a todos os interessados, que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇO** na modalidade de **PREGÃO**, em sua na forma **ELETRÔNICA**, do Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tudo de conformidade com as regras estipuladas nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, Decreto Federal 11.462/2023, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 350, de 28 de dezembro de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico PORTAL DO LICITANET ([site https://www.licitanet.com.br/](https://www.licitanet.com.br/)).

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **através do site <https://www.licitanet.com.br/>**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

DATA: 27/05/2026

HORÁRIO: 09:00 h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>

MODO DISPUTA: Aberto e Fechado

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por Item.

OBSERVAÇÃO:

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

PARA MELHOR FORMULAÇÃO DE SUA PROPOSTA, CONSIDERANDO ENCARGOS E PRAZOS PARA ENTREGA VEJA A LOCALIZAÇÃO DESTA MUNICÍPIO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

LOCALIZAÇÃO

O município de Oriximiná pertence a mesorregião Baixo Amazonas e a microrregião Óbidos. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 01° 46" 00 "S e 55° 51" 30" W.Gr.

LIMITES Ao Norte - Guiana Francesa e Suriname

A Leste - Município de Óbidos

Ao Sul - Municípios de Juruti e Terra Santa

A Oeste - Município de Faro e Estado de Roraima

Tendo em sua maioria seu acesso via fluvial.

2

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para futura e eventual aquisição de insumos, peças e acessórios para impressoras, notebooks e computadores, para suprir as necessidades do gabinete do prefeito e secretarias municipais do município de Oriximiná/PA, em consonância de quantidades e especificações constantes no Anexo I do Instrumento Convocatório.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.2. AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO PERMANECER LOGADAS ATÉ O FINAL DA PRESENTE LICITAÇÃO, COMO TAMBÉM FICAR ATENTAS ÀS INFORMAÇÕES ENVIADAS ATRAVÉS DO CHAT.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**, exercício de 2026, na classificação abaixo.

2.2.2. Na licitação para sistema de registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme dispor o Art. 17 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

3. DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES.

3.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

3.1.1. Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos ao Pregoeiro, preferencialmente pelo sistema no endereço www.licitanet.com.br.

3.1.2. Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).

3.1.3. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.1.4. No campo "mensagens" serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o *site* com frequência.

3.2. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

3.2.1. A impugnação ou pedido de providências será dirigido ao Pregoeiro, preferencialmente pelo sistema no endereço www.licitanet.com.br.

3.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **02 dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

3.2.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.2.5. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.2.6. A decisão do Pregoeiro será divulgada na aba licitação e no sistema www.licitanet.com.br para conhecimento de todos os interessados.

4. LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

4.1. O edital encontra-se disponível na internet, nos sites www.oriximina.pa.gov.br e www.licitanet.com.br/ para acesso e download por qualquer interessado, independentemente de qualquer pagamento.

4.2. Não será fornecido edital por fac-símile e pelos correios.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. Poderão participar desta licitação empresas individualmente cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste Edital, termo de referência e seus Anexos, e que estejam devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.

5.2.1. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ao Portal: Licitanet no site www.licitanet.com.br, até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

5.2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

OBS: A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

PARA CONHECIMENTO: Benefícios exclusivos para as ME, EPP e equiparadas conforme Lei 14.133/21. A obtenção benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. **O Licitante deverá apresentar declaração de observância desse limite na licitação junto aos documentos de habilitação.** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4

5.3.1. O documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP **deve ser apresentado junto dos documentos de habilitação**, mediante a apresentação de:

- a) **Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis**, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;
- b) **Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.
- c) **O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional** deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

5.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

- 5.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 5.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

5.4.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

5.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O impedimento de que trata o item 5.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.4.2 e 5.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.8. O disposto nos itens 5.4.2 e 5.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10. A vedação de que trata o item 5.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

6.1. O credenciamento das empresas interessadas a participar deste Pregão ocorrerá no sítio <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e **senha pessoal**, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

6.2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.2.2. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Licitanet e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

a) – Para todas as empresas.

30 dias	90 dias	365 dias	Plano Avulso
R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00	R\$ 107,00

6

7. PROPOSTA COMERCIAL (ELETRÔNICA E DIGITADA)

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item/lote;

7.1.2. Marca; (SE FOR O CASO)

7.1.3. Fabricante; (SE FOR O CASO)

7.1.4. Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).

7.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações igual ou produto superior à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

7.5.2. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

7.5.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

7.5.4. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

7.6. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. A proposta inicial (anexo IV) DEVERÁ ser anexada junto com os documentos de habilitação e nelas serão consideradas obrigatoriamente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

- a) Preço unitário e total, para o item/lote em moeda corrente nacional, em algarismo com, no máximo, 02 (duas) casas decimais;
- b) Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos produtos ofertados, contendo as informações igual ou produto superior à especificação do Termo de Referência;
- c) Prazo de validade da proposta de no mínimo **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.
- d) Formular a proposta em papel timbrado, informar a razão social, o número do CNPJ, endereço completo, o número da conta corrente, código da agência e do banco no qual deverão ser efetuados os pagamentos.
- e) Informar, obrigatoriamente, na proposta OS NÚMEROS DE TELEFONE E ENDEREÇO DE E-MAIL PARA CONTATOS ATUALIZADOS E VÁLIDOS, A FIM DE FACILITAR AS SOLICITAÇÕES.

7

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, PROCEDIMENTOS E MODO DE DIPUTA

8.1. O critério de julgamento será o de **menor preço**, representado pelo **menor preço por item/lote**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Acórdão 8497/2022 Segunda Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro- Substituto Marcos Bemquerer)

Responsabilidade. Contrato administrativo. Superfaturamento. Solidariedade. Proposta de preço. Orçamento estimativo.

As empresas que oferecem propostas com valores acima dos praticados pelo mercado, tirando proveito de orçamentos superestimados elaborados pelos órgãos públicos contratantes, contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado.

8.1. Será desclassificada a proposta comercial que:

8.1.1. Não se refira à integralidade do objeto;

8.1.2. Não atenda às exigências estabelecidas neste edital ou em diligência;

8.1.3. Apresentar proposta final com preço superior ao preço máximo estipulado no edital;

8.1.4. Que identifique o licitante.

8.2. Tenha suas amostras ou folders (**quando for o caso**) considerados em desacordo com as especificações deste Edital e da legislação aplicável, ou que não sejam entregues no prazo determinado, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro.

8.2.1. Para apresentar amostra (**se solicitado**) deverá seguir o que consta no termo de referência deste edital.

8.3. Apresente preço simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou, ainda, manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 49, III da Lei nº 14.133/21.

8.3.1. Será considerada irrisória a proposta que não apresente valor mínimo necessário para cobrir os custos com salários, encargos sociais e trabalhistas, insumos e tributos incidentes;

8.3.2. Se o Pregoeiro entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, além de outros documentos julgados pertinentes pelo Pregoeiro;

8.3.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.3.3, só será considerada após



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.3.4. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

8.4. Não indique expressamente a marca, conforme especificações do Termo de Referência.

8.5. Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

8.6. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens componentes da planilha de preços serão corrigidos pelo Pregoeiro;

8.7. Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do lote/item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com o Pregoeiro, após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

8.7.1. Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

8.7.2. Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

8.8. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas e da documentação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

8.9. As propostas e documentação apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da área solicitante para verificação do atendimento ao objeto licitado, mediante parecer fundamentado.

8.10. Do modo de disputa:

8.10.1. Neste Processo Licitatório será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, onde as proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;

8.10.1.1. No modo de disputa **ABERTO E FECHADO** a etapa de envio de lances da Sessão Pública terá duração de quinze minutos, ao fim dos quais o sistema eletrônico encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até dez minutos, aleatoriamente determinado**, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

8.10.1.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um **lance final e fechado em até cinco minutos**, que **será sigiloso** até o encerramento deste prazo;

8.10.1.2.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições supra descritas, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

8.10.1.3. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;

8.10.1.4. **Na ausência de lance final e fechado haverá o reinício da etapa fechada para que as demais proponentes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;**

8.10.1.5. **Na hipótese de não haver proponente classificada na etapa de lance fechado** que atenda às exigências para habilitação, **o Pregoeiro poderá, auxiliado pela Equipe de Apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada;**

8.10.2. Caso as proponentes não apresentem lances, concorrerão com o valor de suas propostas e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá sempre o último lance ofertado.

9. DA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pelo acesso ao site www.licitanet.com.br e subsequente registro da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecidos no caput deste Edital;

9.1.1. O acesso ao sistema e encaminhamento da proposta devem ser feitos pelos licitantes na página inicial do site <https://www.licitanet.com.br/>, opção “**Acesso ao Usuário**”.

9.2. Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada, com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pelo(a) Pregoeiro(a), **mantido o sigilo estabelecido pelo sistema (quando for o caso)**;

9.3. Realizado o acesso à sessão do pregão, no dia e hora definidos para a realização da sessão, o sistema apresentará a relação das licitações para as quais o fornecedor teve propostas classificadas;

9.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance;

9.4.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico;

9.4.2. Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances.

9.5. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

9.5.1. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 0,01 (um centavo)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.6. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o item ou lote;

9.7. Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final;

9.8. Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação;

9.9. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao provedor: www.licitanet.com.br;

9.10. Havendo desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O Pregoeiro, quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados;

9.11. Se a desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será automaticamente suspensa, sendo reiniciada apenas após comunicação expressa aos participantes, informando data e horário para continuação da disputa;

9.12. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06. (Somente para quando a licitação for para ampla concorrência);

9.13. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.13.1. A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência;

9.13.2. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão;

9.13.3. Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

estiverem no limite estabelecido no item 9.12, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência;

9.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance;

9.13.5. Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances;

9.13.6. Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço;

9.13.7. Caso persista o empate entre licitantes que não atenda as hipóteses acima, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar, via “chat”, diretamente com o licitante que tiver apresentado o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação;

9.15. Os licitantes, a qualquer momento, após finalizada a disputa do item ou lote, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro via Sistema, por meio do “chat”, se estiver liberado. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”;

9.16. Quando necessário, o Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos;

9.17. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do pregoeiro e caso a empresa não faça a inserção dos documentos em campo próprio do sistema implicará na desclassificação da empresa;

9.17.1. Impugnado algum documento pelos demais licitantes, o detentor do menor preço deverá produzir prova de sua exatidão, em prazo a ser definido pelo Pregoeiro para cumprimento da diligência;

9.17.2. Os documentos originais poderão ser solicitados, por determinação do Pregoeiro, quando julgar necessário, para apresentação em 2 (dois) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade;

9.17.3. Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pelo Pregoeiro, desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

9.18. Após a disputa de preços e habilitação dos fornecedores, o pregoeiro dará oportunidade para manifestação de intenção de interpor recurso estabelecendo prazo de no mínimo 10 (dez) minutos para envio, via sistema da manifestação em recorrer (A apresentação do recurso deverá ocorrer conforme item 12 deste edital);

9.18.1. O licitante, cuja proposta comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua intenção de interpor recurso.

9.19. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

10.1.1. Cadastro no SICAF – Situação do Fornecedor (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/geral/consultarSituacaoFornecedor.jsf>);

10.1.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>;

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante vencedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

10.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

10.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

10.7. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema Licitanet, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira, habilitação técnica e outros (se houver);

10.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

10.9. Os documentos abaixo exigidos do licitante, **classificado provisoriamente em primeiro lugar, em cada item ou lote**, deverão ser apresentados pela proponente após disputa. Todos os documentos deverão estar dentro de seus respectivos prazos de validade na data de abertura das propostas da Licitação.

NOTA: Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante **classificado provisoriamente em primeiro lugar, em cada item ou lote** Art. 63 inciso II da Lei nº 14.133, de 2021. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de **02 (DUAS HORAS)**, contado da solicitação do pregoeiro.

Observações:

1º Caso a empresa não faça a inserção dos documentos em campo próprio do sistema implicará na desclassificação da empresa.

10.10. Habilitação Jurídica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

10.10.1. Cópia (LEGÍVEL) da Cédula de Identidade (RG) de TODOS os sócios da empresa Licitante;

10.10.1.1 São considerados documento oficial de identidade as carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança, pelos Corpos de Bombeiros, pelas Polícias Militares, pelos órgãos Fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, e Conselhos) Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe (OAB/ CRM/ CRP), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte, Carteiras expedidas por órgão público que por Lei Federal valem como identidade;

10.10.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.10.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.10.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.10.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

10.10.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

10.10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.11. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.11.1 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (**CNPJ**); podendo ser retirada no site **www.receita.fazenda.gov.br**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

10.11.2 Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

10.11.3 Certidão Negativa de Débito Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, (administrada pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional); podendo ser retirada no site **www.receita.fazenda.gov.br**;

10.11.4 Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários e Não Tributários Estaduais Geridos pela Procuradoria – Geral do Estado (PGE) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), podendo ser retirada no site **www.sefa.pa.gov.br (Para Empresa com Domicílio no Estado do Pará)**; ou expedida pela pelo Site da SEFAZ ou Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário (**Para Empresa com Domicílio em Outro Estado**);

10.11.5 Certidão de Regularidade com Tributos Municipais da Sede do licitante;

10.11.6 Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); podendo ser retirada no site **www.caixa.gov.br**;

10.11.7 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), para comprovar inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho; podendo ser retirada no site **www.tst.jus.br/certidao**;

10.11.8 A Certidão descrita no item 10.11.4, poderá ser apresentada de forma individualizada por cada órgão ou de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante;

10.11.9 A prova de regularidade fiscal e trabalhista das empresas licitantes deverá ser feita por Certidão Negativa OU Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

10.11.10 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.11.11 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.12 Qualificação Econômico-Financeira

10.12.1. Certidão Negativa de Falência, concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física, conforme o caso. A data de expedição da certidão deverá ser de até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da presente Licitação;

10.12.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (conforme prevê regulamentos que estabelecem prazos para registro e arquivamento), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; podendo ser atualizado, por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que comprovam a boa situação da empresa e apresentação da certidão simplificada e específica de arquivamento emitida pela junta comercial da sede da licitante devidamente atualizada onde se possam extrair informações sobre os atos arquivados;

10.12.2.1. A comprovação da real situação financeira da empresa, será avaliada pelos números das demonstrações contábeis em função dos índices abaixo dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que poderão ser substituídos pelos índices constantes nos Balanços Patrimoniais da licitante desde que correspondam aos solicitados com os resultados requeridos:

- **Índice de liquidez corrente – ILC:** Indica a capacidade de a empresa saldar seus compromissos de curto prazo (menos de 365 dias).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \geq 1,00$$

- **Índice de liquidez geral – ILG:** Indica a capacidade financeira de a empresa liquidar suas obrigações de curto e longo prazo:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1,00$$

- **Índice de Solvência Geral:** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} \geq 1,00$$

10.12.2.2. Os índices econômicos financeiros elaborados fora do balanço apresentado, deverão ser assinados (assinatura digital válida) pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

10.12.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

10.12.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

10.12.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer um dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do ITEM/LOTE pertinente.

10.12.6. Caso as licitantes prefiram, poderão anexar o Livro Diário de onde foi extraído o Balanço Patrimonial, devidamente registrado na Junta Comercial, no lugar do Balanço Patrimonial, sob a prerrogativa de abertura de diligência para anexar tal documento caso haja dúvida em relação à sua chancela na entidade competente;

10.12.7. Para aquelas empresas com obrigatoriedade ou adesão voluntária de entrega do SPED, será aceito mediante Balanços Patrimoniais, Recibos de Entrega de Livro Fiscal e as Demonstrações Financeiras dos (dois) últimos exercícios sociais gerados a partir do próprio SPED, devidamente assinadas digitalmente pelo representante legal da empresa e contador;

10.12.8. Para as Sociedades Anônimas, deverá ser apresentada publicação na Imprensa Oficial ou em jornal de grande circulação ou por cópia devidamente registrada ou autenticada no Registro do Comércio da Sede ou domicílio;

10.12.9. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.13. Qualificação Técnica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

10.13.1 Um (01) ou mais Atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente, com CNPJ's distintos, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo materiais ou serviços compatíveis com o objeto desta licitação;

10.13.1.1 O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, contendo seu nome, CPF ou RG e sua função;

15

a) Não serão considerados os atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente ou que possua ao menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio desta;

b) Também não será aceito Atestado/Declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

10.13.2. A documentação acima justifica-se pela necessidade de se obter maior segurança no cumprimento dos contratos com a administração, pois o objeto que ora se licita não pode dar margem a erros, o que prejudicaria a Administração e os munícipes de Oriximiná e consequentemente trazendo danos ao interesse público.

10.14. Outros Documentos de Habilitação:

10.14.1. Certificado de Registro Cadastral – CRC gerado no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

10.14.2. ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA (INICIAL) em conformidade com o estabelecido no item 7.8;

10.14.3. ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

10.14.4. ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018;

10.14.5. ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ATENDE O ART. 63, INCISOS I E IV;

10.14.6. ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88;

10.14.7. ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

10.15. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientado que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.16. Os documentos anexados deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo digitalizado no formato PDF, de modo a não permitir sua manipulação, de preferência, assinados digitalmente;

10.17. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo Pregoeiro, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para **análise jurídica**, para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

10.18. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

10.18.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

10.18.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

10.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.20. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.20.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.20.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

10.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.23. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.24. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus anexos, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar 123/2006.

10.25. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.26. Os documentos exigidos neste Edital e Projeto Básico/Termo de Referência, quando confeccionados pelos licitantes, somente serão aceitos e analisados se contiverem assinatura eletrônica.

10.26.1. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

10.26.2. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do Verificador de Conformidades do Governo Federal (<https://validar.iti.gov.br/> - atualizado) com fins de confirmar as propriedades do documento assinado eletronicamente. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico.

10.27. Serão inabilitados os proponentes que apresentarem proposta ou documentação confeccionadas pela licitante que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados.

10.28. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado (anexo IV) após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta corrente e código da agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3. Preço unitário e total, para o item/lote em moeda corrente nacional, em algarismo com, no máximo, 02 (duas) casas decimais;

11.1.4. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos produtos ofertados, contendo as informações igual ou produto superior à especificação do Termo de Referência;

11.1.5. Prazo de validade da proposta de no mínimo **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

11.1.6. Formular a proposta em papel timbrado, informar a razão social, o número do CNPJ, endereço completo.

11.1.7. Informar, obrigatoriamente, na proposta OS NÚMEROS DE TELEFONE E ENDEREÇO DE E-MAIL PARA CONTATOS ATUALIZADOS E VÁLIDOS, A FIM DE FACILITAR AS SOLICITAÇÕES.

11.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

aceitação da proposta.

12. RECURSO ADMINISTRATIVO

12.1. Por ocasião do final da sessão, após a disputa de preços e habilitação dos fornecedores a(s) proponente(s) que participou (aram) do PREGÃO deverá(ão) manifestar imediata a(s) intenção(ões) de recorrer, via sistema, no prazo estabelecido de no mínimo 10 (dez) minutos para envio;

12.1.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

12.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa / fase / procedimento do PREGÃO, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito via sistema, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência;

12.3. As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE;

12.4. Os recursos e ou contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

12.6. Os autos deste Pregão eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos neste Edital;

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) *Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;*

b) *Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;*

c) *Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;*

d) **ADJUDICAR** o objeto e **HOMOLOGAR** a licitação.

13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DE CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

15.1. A Administração convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

15.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

15.1.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) *Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;*

b) *Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.*

15.1.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta (quando for o caso) em favor do órgão ou entidade licitante. Aplica-se aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.1.4 "a".

15.1.6. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.

15.1.7. O Município poderá, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/21, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

15.1.8. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o [art. 105 da Lei nº 14.133/2021](#).

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete **infração** administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

VI - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

16.4.1.1. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

16.4.1.2. Compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

17.1. A autoridade competente do Município de Oriximiná poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF

17.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

17.7. Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração do Município de Oriximiná comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

17.8. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

17.9. O desatendimento de exigências meramente formais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, Art. 12 III da Lei 14.133/21.

17.10. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Federal nº 10.024/19.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo III: Minuta do Contrato;

Anexo IV: Modelo da Proposta (INICIAL);

Anexo V: Modelo de declaração de elaboração independente de proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

Anexo VI: Modelo de declaração de cumprimento da Lei geral de proteção de dados - Lei nº 13.709/2018;

Anexo VII: Modelo de declaração que atende o Art. 63, incisos I e IV;

Anexo VIII: Modelo de Declaração do Inciso XXXIII do Art. 7º da CF/88;

Anexo IX: Modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP;

22

17.12. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo e-mail <https://www.licitanet.com.br>;

17.13. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Oriximiná/PA.

Oriximiná/Pa, 12 de maio de 2026.

LEIZE MARIA ANJOS DA SILVA
Secretária Municipal de Finanças
Portaria nº 696/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

23

1.1. Este TERMO DE REFERÊNCIA reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para aquisição de materiais para a suprir as necessidades da Prefeitura Municipal e Secretarias vinculadas discriminando a justificativa, detalhamento do objeto, a quantidade a ser adquirida, forma e prazo de fornecimento, garantia e obrigações dos contratantes visando a reposição do estoque por 12 meses.

2. ORGÃO GERENCIADOR

Prefeitura Municipal de Oriximiná

CNPJ: 05.131.081/0001-82

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 2336, Bairro Centro

CEP: 68.270-000

Cidade: Oriximiná-PA

E-mail: <https://www.oriximina.pa.gov.br>

UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS

- Gabinete do Prefeito/vice
- Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Municipal de Planejamento e Administração
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Secretaria Municipal de Esporte
- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
- Secretaria de Integração Municipal
- Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Comunicação
- Secretaria Municipal de Obras Públicas e Habitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

➤ Secretaria de Eficiência Governamental

➤ Secretaria Municipal da Juventude

24

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1. ADESÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ/PA, QUE VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA IMPRESSORAS, NOTEBOOKS E COMPUTADORES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GABINETE DO PREFEITO	SEMFIDE	SEMPHAD	SEMMA	SENCULT	ESPORTE	SEMAGRI	INTEGRAÇÃO	SEMUSP	SEINFRA	COMUNICAÇÃO	SEMOPH	SEMEG	SEMJU	TOTAL
1	CABO ADAPTADOR PARA TABLET AO HD EXTERNO	UNID	08	-	-	02	02	-	10	-	-	-	04	-	-	02	28
2	CABO DE REDE CAT 5E	UNID	-	02	-	-	01	-	10	-	-	02	02	02	60	-	79
3	CABO DE REDE CAT 6	UNID	-	02	-	-	01	-	05	-	05	-	02	02	25	01	43
4	CABO HDMI COM 3 METROS: CABO HDMI 4K ULTRA HD, COM EXCELENTE QUALIDADE PARA TRANSMISSÃO DE DADOS, SOM E IMAGEM EM ALTA RESOLUÇÃO. CONEXÃO PC, NOTEBOOK, VIDEO GAME E PROJETORES	UNID	05	-	-	01	08	05	07	-	03	06	10	04	20	01	70
5	CABOS MINI-HDMI PARA HDMI. ESPECIFICAÇÕES: - ALTA VELOCIDADE DE TRANSMISSÃO: 10,2 GBPS - HIGH SPEED. 120HZ. CONECTORES: BANHADO À OURO. EM DISTÂNCIAS DE 15, 20 E 25 METROS, O PRODUTO OPERA UNICAMENTE NO SENTIDO DE MINI HDMI PARA HDMI DEVIDO AO AMPLIFICADOR.	UNID	04	-	-	-	08	05	15	-	10	-	05	02	-	02	51
6	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP – 5652 DN – MULTIFUNCIONAL LASER COM REDE E DUPLEX AVANÇADO.	UNID	-	150	100	-	-	-	25	-	06	12	05	02	100	-	400
7	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP – L 2540DW MULTIFUNCIONAL.	UNID	10	100	150	-	10	05	25	-	06	-	-	10	100	10	426
8	CARTUCHO 3ED60A MAGENTA (ORIGINAL) – IMPRESSORA HP DESIGNJET T250	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	20	-	30
9	CARTUCHO 3ED61A AMARELO (ORIGINAL) – IMPRESSORA HP DESIGNJET T250 - ENGENHARIA	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	20	-	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

10	CARTUCHO 3ED62A PRETO (ORIGINAL) – IMPRESSORA HP DESIGNJET T250	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	20	-	30
11	CARTUCHO 3ED61A AZUL (ORIGINAL) – IMPRESSORA HP DESIGNJET T250	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	20	-	30
12	CARTUCHO MULTI COLORIDO PARA IMPRESSORA HP	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
13	CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP – L 5652DN MULTIFUNCIONAL LASER COM REDE E DUPLEX AVANÇADO.	UNID	-	80	100	-	-	-	25	-	-	08	03	04	100	-	320
14	CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP – L 2540 DW MULTIFUNCIONAL.	UNID	10	50	100	-	-	05	25	-	02	-	-	02	100	01	295
15	CILINDRO BROTHER DR1060 / PARA TONER TN1060 / DCP1512 HL1112 DCP1602	UNID	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-	-	02	80	-	107
16	CILINDRO BROTHER DR-3440 TN-3472 TN-3422 TN-3442 TN-3492 / 5652	UNID	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-	-	02	-	-	27
17	CONECTORES CAT 6 - CPD	UNID	-	100	1000	-	150	-	-	-	-	-	-	40	100	10	1.400
18	CONECTOR RJ-45 PLUGUE CABO REDE C/ 100 UNIDADES	CAIXA	-	02	10	-	01	-	10	-	-	20	01	02	10	-	56
19	FONE DE OUVIDO, TIPO HEADSET, POTÊNCIA 100 (MÁXIMA) MW, IMPEDÂNCIA 32 OHM, FREQUÊNCIA (MICROFONE) 50HZ-15KHZ; (ALTO-FALANTE) 20HZ-20 KHZ, COMPRIMENTO FIO 3 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS STÉREO; CONTROLE VOLUME SEM DISTORÇÕES; OPÇÃO VOZ E M, MODELO SHM7500/00 (PHILIPS), APLICAÇÃO COMPUTADOR, TIPO MICROFONE OMNIDIRECIONAL	UNID	15	-	-	-	10	-	15	-	-	08	13	08	-	05	74
20	GRAXA PARA PELÍCULA METALICA DO FUSOR / TAPCAMP 20G	UNID	-	10	20	-	02	-	10	-	-	-	-	04	20	-	66
21	GRAXA CONDUTIVA PARA CARTUCHOS DE TONER TAPCAMP 20G	UNID	-	10	20	-	02	-	10	-	10	-	-	04	20	-	76
22	GRAXA PARA PELÍCULA DE FUSOR E MECANISMO / TAPCAMP 20G	UNID	-	10	20	-	02	-	10	-	-	-	-	04	20	-	66
23	KIT MANUTENÇÃO KYOCERA ECOSYS M2040DN	UNID	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	50	-	74



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

24	KIT REFIL TINTA COM 04 CORES EPSON 13110 (3150 T544 EPSON 544 K M Y C MODELO: T544 GENUÍNO EPSON CORES: PRETO, MAGENTA, CIANO, AMARELO PARA USO EM EPSON ECOTANK 13150 3110REFIL ORIGINAL, LACRADA EM PLÁSTICO À EMBALADO A VÁCUO. GARANTIA DO FABRICANTE:90 DIAS ITENS INCLUSOS: KIT COM 4 CARTUCHOS ORIGINAIS EPSON, SENDO: T544220 CIANO 65 ML. T544420 AMARELO 65ML. T544320 MAGENTA 65 ML. T544120 PRETO65 ML. BRAND: EPSON.	UNID	-	10	10	-	04	-	20	-	-	-	-	10	100	05	159
25	LEITOR SCANNER CÓDIGO DE BARRA SEM FIO USB 1D HZ-1100LW.	UNID	-	-	02	-	-	-	10	-	-	-	-	02	-	-	14
26	MIKROTIC – GROOVE A-52HPN – NÃO USA	UNID	-	-	-	-	-	05	05	-	-	-	02	-	-	-	12
27	MOUSE SEM FIO 2.4GHZ - WM118. CONECTIVIDADE: SEM FIO - 2,4 GHZ (RECEPTOR USB). SENSOR: LED ÓPTICO ROLAGEM: MECÂNICA RESOLUÇÃO (DPI): 1000. BOTÕES: 3. COMPATIBILIDADE: WINDOWS 7, WINDOWS 8.1, 10 E 11; MAC; LINUX 6.X; CHROME; SISTEMA OPERACIONAL ANDROID.	UNID	05	10	10	02	10	10	10	05	10	10	04	10	50	05	151
28	MOUSE OPTICAL BASIC COM FIO USB; ESPECIFICAÇÕES: POSSUI 3 BOTÕES, SENDO 2 INTEGRADOS AO CORPO DO MOUSE E 1 CENTRAL COM FUNÇÃO SCROLL. - MOUSE PROJETADO PARA USO COM A MÃO ESQUERDA OU DIREITA, OFERECENDO MAIOR VERSATILIDADE E CONFORTO. - CONECTIVIDADE USB 2.0 COM TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE 480 MBPS. - COMPATÍVEL COM PC WINDOWS OU MAC.	UNID	15	20	10	06	10	-	10	05	05	16	04	14	100	05	220
29	PELÍCULA DO FUSOR BROTHER DCP-L5652DN	UNID	-	100	50	-	04	-	10	-	-	08	-	02	100	-	274
30	PELÍCULA DO FUSOR BROTHER DCP8112DN HL5452DN DCP8152DN DCP8157DN	UNID	04	60	50	-	-	-	10	-	-	-	-	02	100	-	226
31	PELÍCULA DO FUSOR HP P1102 P1102W M1210 M1212 M1113 M1132/ METÁLICA	UNID	10	10	-	-	04	-	10	-	-	-	-	-	30	-	64
32	PEN DRIVER 16 GB: ESPECIFICAÇÕES: CAPACIDADE: 16GB* TAXA DE TRANSMISSÃO: 13MB/S (LEITURA) TAXA DE TRANSMISSÃO: 5MB/S (GRAVAÇÃO) CONEXÃO: USB 2.0 TENSÃO: DC 5V COR: PRETO E PRATA COMPATÍVEL COM: WINDOWS E MAC OS 9.0 OU SUPERIOR CAPACIDADE MÉDIA DE ARMAZENAMENTO 1.000 MÚSICAS + 900 FOTOS + 40 MINUTOS DE VÍDEOS + 4 GB DE ARQUIVOS	UNID	10	10	-	-	20	-	10	05	-	12	05	08	10	-	90
33	PEN DRIVE TWIST 64GB USB LEITURA 10MB/S E GRAVAÇÃO 3MB/S PRETO: DETALHES TÉCNICOS: CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS ANTI-PERDA DE TAMPAS, COMPONENTES INCLUIDOS 1 PENDRIVE DE 64GB, USOS ESPECÍFICOS DO PRODUTO ELETRÔNICO: DVD, SOM, PESO DO PRODUTO 80 GRAMAS, ALTURA DO PRODUTO 2,4 CENTÍMETROS, LARGURA DO PRODUTO 24,8 CENTÍMETROS TAMANHO DA MEMÓRIA EXTERNA 64 GB, PADRÃO DE CONEXÃO SEM FIO 802.112, PESO DO PRODUTO 80 g, DIMENSÕES DO PRODUTO 18,4 x 24,8 x 2,4 cm; 80 g	UNID	10	10	10	-	05	05	10	05	-	08	05	12	10	-	90
34	PEN DRIVE 68GB	UNID	10	05	-	05	05	-	10	-	05	-	05	12	10	05	72
35	REFIL DE PÓ DE TONER SAMSUNG 1Kg	KG	-	50	50	-	-	-	-	-	-	-	-	08	100	-	208



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

36	REFIL DE PÓ DE TONER KYOCERA 1Kg	KG	-	100	-	-	-	-	50	-	-	-	-	50	100	-	300
37	REFIL DE PÓ DE TONER HP 1Kg	KG	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-	100
38	REFIL DE PÓ DE TONER LEXMARK 1Kg	KG	-	10	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	20
39	REFIL PARA IMPRESSORA HP SMART TANK 517 CIANO (AZUL)	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
40	REFIL PARA IMPRESSORA HP SMART TANK 517 (AMARELO)	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
41	REFIL PARA IMPRESSORA HP SMART TANK 517 (MAGENTA)	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
42	REFIL PARA IMPRESSORA HP SMART TANK 517 (BLACK)	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
43	REFIL PARA IMPRESSORA MEGA TANK G6010 CIANO (AZUL)	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
44	REFIL PARA IMPRESSORA MEGA TANK G6010 (AMARELO)	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
45	REFIL PARA IMPRESSORA MEGA TANK G6010 (MAGENTA)	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
46	REFIL PARA IMPRESSORA MEGA TANK G6010 (BLACK)	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
47	REFIL TINTA ORIGINAL BK 544 (PRETO) – IMPRESSORA EPSON ECO TANK L3150	UNID	-	-	-	-	02	-	-	-	02	20	-	04	30	-	58
48	REFIL TINTA ORIGINAL Y 544 (AMARELO) – IMPRESSORA EPSON ECO TANK L3150	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	02	20	-	04	30	-	56
49	REFIL TINTA ORIGINAL M 544 (MAGENTA) – IMPRESSORA EPSON ECO TANK L3150	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	02	20	-	04	30	-	56
50	REFIL TINTA ORIGINAL C 544 (AZUL) – IMPRESSORA EPSON ECO TANK L3150	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	02	20	-	04	30	-	56
51	REFIL TINTA EPSON 664 (PRETO)	UNID	10	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	04	10	-	29
52	REFIL TINTA EPSON 664 (AMARELO)	UNID	-	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	04	10	-	19
53	REFIL TINTA EPSON 664 (MAGENTA)	UNID	-	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	04	10	-	19
54	REFIL TINTA EPSON 664 (AZUL)	UNID	-	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	04	10	-	19
55	REFIL TINTA CANON MEGA TANK GI10 GM2010 G6010 G7010 PRETA	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
56	REFIL TINTA CANON MEGA TANK GI10 GM2010 G6010 G7010 AMARELA	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
57	REFIL TINTA CANON MEGA TANK GI10 GM2010 G6010 G7010 MAGENTA	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

58	REFIL TINTA CANON MEGA TANK GI10 GM2010 G6010 G7010 AZUL	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
59	REFIL TINTA CANON MEGA TANK MG311 G-3111 G4111 G4100 GL190 PRETO	UNID	-	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	-	30	-	35
60	REFIL TINTA CANON MEGA TANK MG311 G-3111 G4111 G4100 GL190 AMARELO	UNID	-	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	-	30	-	35
61	REFIL TINTA CANON MEGA TANK MG311 G-3111 G4111 G4100 GL190 MAGENTA	UNID	-	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	-	30	-	35
62	REFIL TINTA CANON MEGA TANK MG311 G-3111 G4111 G4100 GL190 AZUL	UNID	-	-	-	-	-	05	-	-	-	-	-	-	30	-	35
63	RÉFIL TONER PARA IMPRESSORA BHOTHER – DCP – L 5652 DN - MULTIFUNCIONAL LASER COM REDE E DUPLEX AVANÇADO. 1KG	Kg	-	100	100	-	-	-	10	-	06	04	-	06	100	-	326
64	RÉFIL TINTA AMARELA PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK L 5590- TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF.	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	30	-	34	
65	RÉFIL TINTA PRETA PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK L 5590- TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF.	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	30	-	34	
66	RÉFIL TINTA AZUL PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK L 5590- TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF.	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	30	-	34	
67	RÉFIL TINTA VERMELHA PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK L 5590- TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF.	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	30	-	34	
68	RÉFIL TONER PARA IMPRESSORA BHOTHER – DCP -L 2540DW MULTIFUNCIONAL. 1 KG	Kg	20	100	100	-	05	10	10	-	-	-	-	06	100	03	354
69	ROLO PRESSÃO DO FUSOR BROTHER DCP8080 DCP8085	UNID	-	-	50	-	-	-	10	-	-	-	-	02	100	-	162
70	ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP-L5652DN	UNID	-	50	50	-	-	-	10	-	-	04	-	02	100	-	116
71	ROLO PRESSÃO DO FUSOR BROTHER MFC7460 / MFC7460N / DCP7065DN	UNID	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	02	100	-	112
72	ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP-L2540DW MFC-L2740DW DCP-L2520DW	UNID	-	50	50	-	03	10	10	-	-	-	-	02	100	-	225
73	ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP-8152 8157 8512 8912 8112 5452 8155	UNID	10	50	50	-	03	-	10	-	-	-	-	02	100	-	225
74	ROLO FUSOR BROTHER DCP8070 DCP8080 HL5380 MFC8890 DCP8085	UNID	-	-	50	-	-	-	10	-	-	-	-	02	80	-	142
75	ROLO FUSOR BROTHER DCP-L2540DW MFC-L2740DW DCP-L2520 HL-L2360DW	UNID	10	50	50	-	03	10	10	-	-	-	-	02	100	-	235
76	ROLO FUSOR BROTHER DCP7060 DCP7065DN MFC7360N	UNID	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	02	100	-	112



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

77	TECLADO EXTERNO INTERFACE USB, PADRÃO ABNT2, COM MÍNIMO 105 TECLAS PADRÃO, SENDO OBRIGATÓRIO "Ç"	UNID	05	20	50	-	04	-	10	05	-	-	-	08	100	05	207
78	TECLADO PARA COMPUTADOR COM FIO USB, RESISTENTE À RESPINGOS, BARRA DE ESPAÇO CURVA, COMPATÍVEL COM PC E NOTEBOOK, LAYOUT ABNT2.	UNID	15	20	-	06	02	05	10	05	-	04	-	12	-	05	84
79	TECLADO PARA COMPUTADOR DEKSTOP. ESPECIFICAÇÕES: CONEXÃO USB, 101 TECLAS (MÍNIMO), PADRÃO ABNT 2, CONEXÃO PLUG-AND-PLAY, TECLAS DE BAIXO PERFIL. COMPATÍVEL COM PC WINDOWS OU MAC.	UNID	05	20	-	02	10	-	10	-	-	16	-	-	-	05	68
80	TONER BROTHER TN660 / DCP-L2540 DCP-L2520 MFC-L2740 MFC-L2700 MFC-L2720 PREMIUM 2.6K	UNID	10	100	-	-	20	10	10	-	06	-	-	04	100	03	263
81	TONER BROTHER TN3332 / DCP-8112 HL-5452DN DCP-8152DN MFC-8512DN PREMIUM 8K	UNID	05	50	-	-	20	-	10	-	-	-	-	04	100	-	189
82	TONER HP 105A W1105A / 107A 107W 135A 135W COM CHIP / IMPORTADO 1K	UNID	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	04	50	-	74
83	TONER HP 85 A	UNID	50	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	150
84	TONER HP 83 A	UNID	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	-	100
85	TONER LASER PRINTER TN 2340	UNID	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	200
86	TONER ORIGINAL – CLT – C404S/XAZ – CARTIGE C (AZUL) – IMPRESSORA SAMSUNG XPRESS C480FW	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
87	TONER ORIGINAL – CLT – M404S/XAZ – CARTIGE M (MANGETA) – IMPRESSORA SAMSUNG XPRESS C480FW	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
88	TONER ORIGINAL – CLT – Y404S/XAZ – CARTIGE Y (AMARELO) – IMPRESSORA SAMSUNG XPRESS C480FW	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
89	TONER ORIGINAL – CLT – K404S/XAZ – CARTIGE K (PRETO) – IMPRESSORA SAMSUNG XPRESS C480FW	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
90	TONER ORIGINAL TN 750/TN780, IMPRESSORA BROTHER MFC 8512DN	UNID	-	50	-	-	20	-	10	-	-	-	-	02	100	-	182
91	TONER ORIGINAL TN 3472, IMPRESSORA BROTHER L5652DN	UNID	-	50	-	-	-	-	10	-	-	12	-	02	100	-	174
92	TONER ORIGINAL DR-2340 – IMPRESSORA BROTHER DCP-L2540DW	UNID	-	-	-	-	20	10	10	-	-	-	-	02	100	-	142
93	TONER ORIGINAL COLOR LASER JET PRO MFP M176N	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
94	TONER TK-1175 (PRETO) IMPRESSORA KYOCERA-ECOSOYS M2040 DN/L	UNID	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

95	TONER TN – 3332/TN-3382 (PRETO) DCP-8112DN HL-5452DN DCP-8152DN MFC-8512DN / PREMIUM 8K	UNID	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	120	
96	TONER BROTHER DCP – L3551CDW	UNID	-	-		-	-	-	10	-	-	-	-	100	-	110	
97	TONER BROTHER DCP – 7065DN 7065 7055 7360N	UNID	-	-	25	-	-	-	10	-	-	-	-	100	-	135	
98	TONER BROTHER TN1060 DCP-1602 DCP-1512 DCP-1617	UNID	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	80	-	90	
99	TONER BROTHER TN650/580 DCP- 8080DN DCP8070DN DCP8085DN	UNID	-	-	25	-	-	-	10	-	06	-	-	80	-	121	
100	UNIDADE DE CILINDRO KYOCERA P2235 M2040DN M2640 DK-1170	UNID	-	80	-	-	-	-	10	-	-	-	-	04	80	-	174
101	UNIDADE CILINDRO BROTHER DR3440 DR-3440 / DCPL DN	UNID	-	-	50	-	-	-	10	-	-	08	-	04	100	-	172
102	UNIDADE DE CILINDRO BROTHER DR- 2340 / DCP-L2540DW	UNID	10	80	50	-	04	-	10	-	-	-	-	04	100	-	258
103	UNIDADE DE CILINDRO BROTHER DR- 420 DR410 DR450 / TN420 TN410 TN450	UNID	-	30	25	-	-	-	10	-	-	-	-	04	100	-	169
104	UNIDADE DE CILINDRO BROTHER DR- 520 DR520 / TN580 TN650/DCP8070/8080/8585	UNID	-	-	25	-	-	-	10	-	01	-	-	04	100	-	140
105	UNIDADE FUSORA BROTHER HL5340 HL5350 DCP8080 DCP8085 MFC8480	UNID	-	-	15	-	-	-	10	-	-	-	-	02	80	-	107
106	UNIDADE FUSORA BROTHER DCP7065DN DCP7055 HL2130 HL2270DW MFC7360N	UNID	-	20	15	-	-	-	10	-	-	-	-	02	20	-	67
107	UNIDADE FUSORA BROTHER HL2320D HL-L2360DW DCP-L2540DW	UNID	05	20	15	-	04	-	10	-	-	-	-	04	20	-	78
108	UNIDADE FUSORA BROTHER DCP8112 HL-5452DN DCP-8152DN DCP-8157DN	UNID	-	20	15	-	04	-	10	-	-	-	-	04	20	-	73
109	UNIDADE DE IMAGEM BROTHER DR 5652	UNID	-	100	80	-	-	-	10	-	-	-	-	02	100	-	292
110	UNIDADE DE IMAGEM BROTHER DR 2540	UNID	05	100	80	-	-	-	10	-	-	-	-	02	100	-	297
111	REFIL DE TINTA ORIGINAL CANON GI- 10 AMARELO (Y).	UNID	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
112	TINTA CANON GL-10 BK PRETO (BLACK) BK	UNID	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
113	TINTA CANON GI-10C (CIANO) C 70ML.	UNID	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
114	TINTA CANON GI-10M MAGENTA 70ML	UNID	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
115	HD EXTERNO POTÁTIL 500GB	UNID	-	-	03	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	13
116	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA PANTUM M6700DW – SERIE 5D8077 MULTIFUNCIONAL LASER	UNID	-	10	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

117	UNIDADE FUSORA KYOCERA ECOSYS M2040DN	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
118	UNIDADE DE IMAGEM BROTHER L2540DW	UNID	-	-	80	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	84
119	UNIDADE DE IMAGEM BROTHER MFC 8512DN	UNID	-	-	50	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	54
120	UNIDADE DE IMAGEM HP 135W	UNID	-	-	-	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	04
121	ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP-L2540DW	UNID	-	-	80	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	82
122	ROLO DE PRESSÃO BROTHER MFC 8512DN	UNID	-	-	80	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	82
123	ROLO DE PRESSÃO HP 135W	UNID	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	02
124	ROLO FUSOR BROTHER DCP-L2540DW	UNID	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	02
125	ROLO FUSOR BROTHER MFC 8512DN	UNID	-	-	20	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	22
126	ROLO FUSOR HP 135W	UNID	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	02
127	CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER DCP – L 2540DW	UNID	-	-	-	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	04
128	CILINDRO PARA IMPRESSORA MFC 8512DN	UNID	-	-	-	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	04
129	CILINDRO PARA IMPRESSORA HP 135W	UNID	-	-	-	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	04
130	CABO DE FORÇA PARA DESKTOP	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	08	-	-	-	08
131	CABO USB PARA IMPRESSORA PADRÃO 1,5M	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05	-	-	-	05
132	ADAPTADOR WIRELESS USB 300MBPS	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-	-	04
133	REPETIDOR WIRELESS 300MBPS 2.4GHZ/5GHZ	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-	-	04
134	SWITCH DE REDE 5 PORTAS 1000MBPS	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-	-	04
135	SSD DE ARMAZENAMENTO EXTERNO 120GB	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-	-	04
136	CABO VGA PADRÃO PARA PC	UNID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-	-	04

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os materiais de constantes nas solicitações possuem a finalidade precípua de realizar manutenção nos equipamentos, correção postural e ergonomia durante o trabalho. A aquisição refere-se a bens de consumo e de uso diário para manutenção dos computadores e impressoras os quais são utilizados nas atividades administrativas dos órgãos públicos do município. Vale ressaltar que se trata de objeto cuja necessidade de contratação é frequente, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

face do desgaste natural decorrente do uso dessas máquinas. Considerando a imensa importância do uso dos equipamentos pelas diversas áreas de atuação, de modo a minimizar riscos de paralisação ou redução da

continuidade de atividades, bem como propiciar condições ideais ao parque computacional existente é que se propõe o objeto da presente contratação.

4.1.2. A aquisição destes materiais se configura como essencial à Gestão Pública Municipal, cuja ausência pode ocasionar transtorno e impacto nas atividades administrativas.

4.1.3. Atender essa demanda contribui para o alcance dos objetivos institucionais, permitindo que os setores mantenham sua produtividade, eficiência e regularidade no desempenho de suas atribuições, em consonância com o interesse público e o atendimento adequado às demandas da população.

4.2. Unidades Administrativas:

➤GABINETE DO PREFEITO:

O presente documento formaliza a solicitação de aquisição de insumos de informática destinados à manutenção dos equipamentos, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento dos setores administrativos do Gabinete do Prefeito e Assessorias, Gabinete do Vice-Prefeito, Controle Interno e Procuradoria Geral do Município.

➤SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

A Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, cujas suas competências estão devidamente definidas na Lei nº 7.465, de 19 de dezembro de 2011, dentre as quais está o assessoramento ao Prefeito em assuntos de economia e finanças de modo a realizar a promoção, organização, fiscalização, coordenação e controle, além das previstas na Lei nº 9.031/2016, tal como o planejamento, proposição, articulação, coordenação, integração, execução e avaliação das políticas municipais voltadas ao crescimento econômico, às áreas de desenvolvimento da indústria, do comércio, da prestação de serviços, da ciência e tecnologia do Município, de modo a contribuir ativamente com as práticas da governança municipal.

Funcionalmente a Secretaria dispõe de 39 servidores, alocados em diversos setores tais como Gabinete, Licitações, Contratos, Compras, Contabilidade, Tesouraria, além do departamento de convênios e a Sala do Empreendedor. Já estruturalmente, possui 18 impressoras multifuncionais dentre as marcas Brother, Kyocera, HP e Epson funcionais distribuídas nas repartições, pelo que associando as atribuições, funcionalidades e estrutura requer os quantitativos apresentados dos itens listados acima, visando a continuidade operacional, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria. Ao passo que, a falta desses itens pode levar à paralisação das atividades que dependem de impressão e digitalização de documentos.

Sendo, portanto, essencial para evitar interrupções nas rotinas de trabalho, que frequentemente envolvem a impressão de documentos, relatórios, ofícios, etc. E, ainda, manter os equipamentos em pleno funcionamento com os insumos adequados, contribuindo para a produtividade da equipe, eliminando o tempo de inatividade gasto com a espera por novos suprimentos ou reparos.

E, por fim, a aquisição planejada, muitas vezes via Sistema de Registro de Preços (SRP) para órgãos públicos, permite a reposição eficiente do estoque com entregas parceladas e conforme a demanda, otimizando o uso dos recursos financeiros.

Em resumo, a aquisição desses itens justifica-se como uma medida estratégica para assegurar que os processos de trabalho fluam sem obstáculos, mantendo a infraestrutura de impressão confiável e disponível para atender às necessidades diárias deste órgão.

➤SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO: *A contratação pretendida tem consonância com o plano de anual de contratação 2024 do Município de Oriximiná/PA, uma vez que consta na sua programação orçamentária e financeira anual;*

A realização de processo de licitação para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade da aquisição de insumos, peças e acessórios para impressora, notebook e computadores. Os materiais solicitados no presente processo são de grande importância para as atividades meio e fim da Gestão Pública Municipal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

a falta destes, pode tornar precária a execução de alguns serviços, impactando diretamente no atendimento aos usuários dos serviços públicos;

Esta solicitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento do objeto em tela para futura e eventual necessidade dos departamentos administrativos da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração. Na necessidade de assegurar em excelência o atendimento ao público na prestação dos serviços do órgão, e prover aos funcionários condições mínimas de trabalho; este pregão se faz necessário para realizar a troca de materiais da área de tecnologia da informação que se encontram em avançado estado de desgaste ou de uso, sendo necessária sua substituição, bem como a aquisição de novos, devido as necessidades dos setores que precisam de materiais essenciais para a realização de suas atividades;

A quantidade estimada, esta justificada de acordo com a média de consumo da Secretaria.

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MINERAÇÃO:**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração - SEMMA necessita adquirir insumos, peças e acessórios destinados à manutenção e pleno funcionamento de impressoras, notebooks e computadores utilizados nas atividades administrativas e operacionais do órgão.

A demanda se justifica em razão do uso contínuo desses equipamentos nas rotinas diárias, como elaboração de relatórios técnicos, emissão de documentos oficiais, registro de fiscalizações, produção de pareceres, emissão de licenças, atendimento ao público e suporte às ações de campo realizadas pelas equipes técnicas e de fiscalização.

Com o tempo, o desgaste natural dos materiais e componentes, bem como o aumento do volume de trabalho, ocasiona a necessidade de substituição de peças e reposição de insumos (como toners, cartuchos, cabos, baterias, teclados, mouses, fontes, entre outros), a fim de evitar interrupções das atividades essenciais da Secretaria.

A aquisição é indispensável para garantir: Eficiência e continuidade dos serviços públicos prestados pelo órgão; Segurança da informação, evitando falhas ou perda de dados decorrentes de equipamentos danificados; Redução de custos com manutenções corretivas, por meio de ações preventivas; Agilidade no processamento de documentos, essencial para atender demandas internas e externas;

Apoio às atividades de fiscalização ambiental e minerária, que dependem diretamente da infraestrutura tecnológica para registro, análise e comunicação das ações.

Dessa forma, a compra dos referidos materiais é necessária para assegurar o funcionamento adequado da estrutura administrativa e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração, garantindo eficiência, legalidade e transparência na execução das políticas públicas ambientais e minerárias do município.

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO:**

A aquisição de insumos, peças e acessórios para impressoras, notebooks e computadores é necessária para garantir a manutenção e o pleno funcionamento dos equipamentos utilizados pelos servidores municipais. O uso contínuo causa desgaste e demanda substituições para evitar falhas que prejudiquem as rotinas administrativas e o atendimento ao público. Assim, a reposição desses materiais é essencial para assegurar a continuidade e a eficiência das atividades das secretarias municipais.

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE:**

A aquisição de insumos, peças e acessórios para manutenção de equipamentos de informática (impressoras, notebooks e computadores) é essencial para garantir a **continuidade das operações, prolongar a vida útil dos equipamentos e evitar gastos desnecessários** com reparos emergenciais ou substituição prematura de máquinas. A disponibilidade de peças e insumos (como toners, tintas, cabos, etc.) no momento da necessidade é fundamental para evitar a paralisação dos serviços. A rápida manutenção corretiva e preventiva assegura que os processos de trabalho não sejam interrompidos, garantindo a eficiência e a produtividade da equipe.

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO:**

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento depende diretamente do funcionamento adequado de seus equipamentos de informática para executar suas atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público. Impressoras, notebooks e computadores são ferramentas essenciais para elaboração de relatórios, emissão



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

de documentos, gerenciamento de programas, registro de informações, comunicação interna e externa, além do suporte às ações técnicas desenvolvidas pela secretaria.

➤ **SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL:**

A Prefeitura Municipal de Oriximiná – PA, através da Secretaria Municipal de Integração com o intuito de realizar as manutenções preventivas e corretivas das peças e acessórios de impressoras, notebook e computadores, utiliza-se do presente para solicitar que sejam providenciados os materiais acima descritos.

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL:**

A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – SEMUSP, assim como as demais secretarias municipais, depende diretamente do pleno funcionamento de seus equipamentos de informática para executar suas atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público. Impressoras, computadores e notebooks são ferramentas essenciais para a emissão de documentos, registros, comunicação interna e suporte às ações de cada setor.

Diante do uso contínuo e da demanda crescente por serviços eficientes, torna-se necessária a aquisição de insumos, peças e acessórios para manutenção desses equipamentos. A reposição adequada garante maior durabilidade, reduz falhas operacionais e assegura que as atividades administrativas e de segurança pública ocorram sem interrupções.

Assim, a presente solicitação visa garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados pelo município, preservando a produtividade dos servidores e a qualidade do atendimento à comunidade.

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA:**

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de insumos, peças e acessórios de impressoras, notebook e computadores, destinados ao fortalecimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. A necessidade é motivada pela crescente demanda por serviços públicos mais ágeis, precisos e transparentes, especialmente nas áreas de planejamento, execução e fiscalização de obras e serviços urbanos.

A importância da substituição de peças não pode ser subestimada, especialmente em ambientes administrativos onde a continuidade das operações é crucial. Quando uma impressora apresenta falhas, a substituição rápida de peças pode evitar atrasos em projetos e garantir que a produtividade não seja afetada. Além disso, ajudará a evitar custos elevados com a compra de novos equipamentos, proporcionando uma solução mais econômica e sustentável.

Os insumos, peças e acessórios solicitados garantirão a continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de TIC. Essa funcionalidade está ligada ao princípio da Continuidade do Serviço Público, o qual diz que sendo o Estado detentor dos bens e interesses públicos este não pode parar, pois senão estaria deixando de defender ou representar a coletividade.

A aquisição dos materiais solicitados, visa proporcionar a manutenção dos itens que compõe o processo, para que não falem no decorrer do ano e visando assim a continuidade dos serviços desta Secretaria. Deste modo, tal material é essencial à continuidade e manutenção dos serviços realizados.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO:

A Secretaria Municipal de Comunicação necessita realizar a aquisição de insumos, peças e acessórios destinados às impressoras, notebooks e computadores utilizados pelos servidores em suas atividades diárias. Esses equipamentos são essenciais para a execução das ações de comunicação institucional, produção de materiais informativos, atendimento às demandas internas e externas, elaboração de documentos oficiais, bem como para o pleno funcionamento do setor administrativo. É comum que os equipamentos apresentem desgaste natural, necessidade de reposição de peças e manutenção corretiva e preventiva. A falta desses componentes compromete a eficiência operacional da secretaria, podendo causar atrasos no desenvolvimento das campanhas, na produção de conteúdos informativos e no atendimento às solicitações das demais secretarias e da população. A contratação encontra amparo na **Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

- **Art. 11**, que determina que as contratações devem observar critérios de eficiência e garantir a continuidade dos serviços públicos;
- **Art. 12**, que prevê a necessidade de planejamento prévio e análise de riscos, incluindo a manutenção adequada dos bens públicos;
- **Art. 18**, que estabelece a obrigatoriedade de justificar a contratação com base na necessidade administrativa e no atendimento ao interesse público;
- **Art. 40**, que permite a contratação de serviços e aquisição de bens destinados à manutenção de equipamentos quando estes forem necessários para garantir a execução das atividades públicas.

Dessa forma, a aquisição dos materiais solicitados é imprescindível para assegurar a continuidade e a qualidade das atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Comunicação, evitando interrupções nos fluxos de trabalho e garantindo eficiência, economicidade e regularidade na prestação dos serviços públicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO:

A presente demanda tem por finalidade viabilizar a aquisição de insumos, peças e acessórios destinados aos equipamentos de informática – impressoras, notebooks e computadores – utilizados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e Habitação. Tais materiais são essenciais para garantir a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, assegurando seu pleno funcionamento.

A solicitação fundamenta-se nos princípios da eficiência e economicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, considerando que a manutenção adequada dos equipamentos reduz custos futuros, prolonga sua vida útil e evita a interrupção dos serviços essenciais prestados pela Secretaria. A falta desses materiais compromete a tramitação de processos, emissão de documentos, elaboração de projetos e atendimento das demandas internas e externas. Diante do exposto, a aquisição dos itens torna-se necessária para assegurar o desempenho pleno das atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Habitação e a continuidade das ações administrativas do Município.

➤ **SECRETARIA DE EFICIÊNCIA GOVERNAMENTAL:**

A presente solicitação tem por finalidade garantir a manutenção, reposição e pleno funcionamento dos equipamentos de informática utilizados pelos servidores das secretarias municipais. A aquisição dos insumos, peças e acessórios descritos é essencial para assegurar a continuidade das atividades administrativas, evitando interrupções nos serviços públicos, bem como preservando a eficiência operacional dos setores que dependem diretamente desses equipamentos para execução de suas rotinas. A reposição periódica desses materiais é necessária em razão do desgaste natural, do aumento da demanda e da ampliação do uso de tecnologias nos processos internos da gestão municipal.

➤ **SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE:**

A aquisição de insumos é necessária para garantir a continuidade e a eficiência das atividades da SEMJU. A reposição dos materiais utilizados diariamente evita a interrupção de serviços, assegura o bom funcionamento das rotinas administrativas e mantém a qualidade do atendimento ao público, atendendo ao interesse público e ao princípio da eficiência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Considerando a natureza de bem comum do objeto que será adquirido e como forma de assegurar a ampla competição entre os inúmeros fornecedores disponíveis no mercado, entendemos que a contratação deva se dar através de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico com o critério de julgamento de menor preço por item, que atende aos preceitos de economicidade e transparência dispostos na Lei 14.133/2021.

5.2. Destaca-se ainda que a melhor solução para atender a demanda do município permeia sobre a escolha do registro de preços, nos termos do artigo 40, inc. II da Lei 14.133/2021, onde o município poderá adquirir os equipamentos e suprimentos de acordo com a necessidade. Através desta solução a Administração terá a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

Quanto ao prazo de vigência da ata de registro de preços, esta será de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 84 da Lei 14.133/2021, com renovação do quantitativo, caso seja demonstrada a sua vantajosidade.

5.3. No que diz respeito à entrega dos produtos: A entrega dos bens será de forma parcelada, conforme a demanda e rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, em conformidade com a requisição expedida pelo Setor competente que indicará o item, quantitativo, local de entrega e demais dados necessários.

36

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O licitante deve proporcionar entrega do material em tela, para atender necessidades administrativas do gabinete do prefeito e demais secretarias, vinculadas a prefeitura municipal de Oriximiná/PA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento:

➤ Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

➤ Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (lei nº 8.078, de 1990);

➤ Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

➤ Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

➤ Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

➤ Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

➤ O licitante deverá garantir os requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento dos itens entregues conforme edital durante toda a vigência do contrato

➤ Para a aquisição dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, conforme edital.

➤ Referente à **sustentabilidade ambiental**, para o fornecimento dos materiais, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na instrução normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no decreto n.º 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República;

➤ Referente à embalagem dos materiais, sempre que possível, os mesmos deverão ser acondicionados em materiais 100% recicláveis e em quantidade reduzida de volumes;

➤ Referente a equipamentos energéticos, se for o caso, o demandante deverá observar a economicidade de consumo energético e correspondente eficiência;

➤ A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da política de resíduos sólidos;

6.2. **PRAZO DE ENTREGA:** Deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias, após emissão e apresentação da ordem de Compra e/ou Nota de Empenho emitido pelo setor de compras da SEMFIDE/Setor de Compras de Oriximiná, este prazo não será prorrogado, a critério da administração;

6.3. O contrato terá vigência de 12 meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

6.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. O licitante deverá garantir os requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento dos itens entregues conforme edital durante toda a vigência do contrato.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

37

7.1. A empresa que participar do processo licitatório deverá atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação.

7.2. A entrega do bem adquirido deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura do contrato ou documento equivalente.

7.3. A entrega do material deverá ocorrer durante o expediente no endereço informado na ordem de compra/serviço, em horário de expediente (08h às 18h).

7.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas no termo de referência e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a licitante vencedora por danos causados oriundos da utilização dos mesmos.

7.5. A contratada deverá apresentar catálogos técnicos que comprovem que o material a ser fornecido atende às especificações solicitadas na licitação.

7.6. A Contratante deverá receber os materiais acondicionados nas caixas/embalagens originais dos produtos sem avarias de transporte.

7.7. As embalagens que acondicionarão os produtos deverão ser apropriadas para cada tipo de produto, de maneira a garantir sua conservação, e devidamente lacradas, e com data de fabricação, sem quaisquer custos adicionais para o órgão solicitante

7.8. Garantir que os materiais tenham qualidade e durem por um período mínimo de 12 (doze) meses ou conforme prazo determinado pelo fabricante.

7.9. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.10. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Os bens rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, deverão ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório ou do prazo para substituição dos bens rejeitados, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.13. O material deve possuir qualidade mínima, conforme especificação técnica, obedecendo às normas de fabricação NBR, a fim de garantir a qualidade mínima dos produtos.

7.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

38

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

8.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art.119);

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º);

8.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

8.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial, nos termos do artigo 155, da Lei 14.133/21, a Contratante sujeitar-se-á as penalidades de: I - advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na forma do artigo 156 e seguintes da reportada legislação, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada;

10.2. Banco: __, Agência: nº __, Conta Corrente: nº__

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (mencionada no art. 91 §4º da Lei nº 14.133, de 2021), constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais;

10.4.1 Constatando-se a situação de irregularidade da empresa contratada, junto aos sítios eletrônicos oficiais, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

10.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

- 10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 10.8. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
- 10.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;
- 10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 10.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 10.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação;
- 10.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;
- 10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 10.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- 10.16. Para efeito do pagamento, a contratada deverá atender as exigências legais quanto à emissão de comprovação fiscal juntamente com as seguintes certidões dentro de seu prazo de validade:
- a) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - b) Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual;
 - c) Certidão Conjunta de Débitos relativos aos tributos federais e à Dívida ativa da União;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

- d) Certidão Negativa de Débitos da Receita Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

41

11. FORMA E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Critério de julgamento

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na forma do inciso V do Art. 82, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Modo de disputa

11.2.1. O envio de lances no pregão eletrônico se dará pelo modo de disputa “aberto”, devendo os licitantes apresentar lances públicos e sucessivos, com prorrogações, na forma do art; 56, I da Lei 14.133/21;

11.2.2. Em consonância ao inciso I do Art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021, no modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo critério de julgamento é menor preço para os itens da licitação.

11.2.3. Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes. Então, evitar riscos na contratação contribui para ter uma licitação que alcance mais prontamente os resultados pretendidos.

11.2.4. Outrossim, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.

11.3. Estabelecimento de reserva de cota para microempreendedor ou da exclusividade da licitação

11.3.1. Não se aplica, tendo em vista que o objeto desta licitação é indivisível, ou seja, não pode ser adquirido separadamente, sem prejuízo do resultado ou da qualidade.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo total estimado para a contratação do objeto deste Termo de Referência é: de **R\$ 2.326.392,29 (Dois milhões, trezentos e vinte e seis mil, trezentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos)**. conforme relatório da cotação de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
CNPJ: 05.131.081/0001-82 Responsável: QUELLI ANNE DOS SANTOS TAVARES
Departamento: DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

42

Relatório Resumido de Cotação: AQUISIÇÃO DE INSUMOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA IMPRESSORAS, NOTEBOOKS E COMPUTADORES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIAS MUNICIPAIS VINCULADAS

Pesquisa realizada entre 04/12/2025 11:51:47 e 13/04/2026 11:00:51

Relatório gerado no dia 13/05/2026 09:58:14 (IP: 131.72.96.58)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
1) CABO ADAPTADOR PARA TABLET AO HD EXTERNO	3	28 Unidades	R\$ 54,60 (un)	-	R\$ 54,60	0,1%	R\$ 1.528,80
2) CABO DE REDE CAT 5E	3	79 Unidades	R\$ 891,44 (un)	-	R\$ 891,44	3%	R\$ 70.423,76
3) CABO DE REDE CAT 6	3	43 Unidades	R\$ 812,67 (un)	-	R\$ 812,67	1,5%	R\$ 34.944,81
4) CABO HDMI COM 3 METROS	3	70 Unidades	R\$ 36,96 (un)	-	R\$ 36,96	0,1%	R\$ 2.587,20
5) CABOS MINI-HDMI PARA HDMI	3	51 Unidades	R\$ 45,83 (un)	-	R\$ 45,83	0,1%	R\$ 2.337,33
6) CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP – 5652 DN – MULTIFUNCIONAL LASER COM REDE E DUPLEX AVANÇADO.	3	400 Unidades	R\$ 158,33 (un)	-	R\$ 158,33	2,7%	R\$ 63.332,00
7) CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP – L 2540DW MULTIFUNCIONAL	3	426 Unidades	R\$ 87,87 (un)	-	R\$ 87,87	1,6%	R\$ 37.432,62
8) CARTUCHO 3ED60A MAGENTA (ORIGINAL) – IMPRESSORA HP DESIGNJET T250	3	30 Unidades	R\$ 212,05 (un)	-	R\$ 212,05	0,3%	R\$ 6.361,50
9) CARTUCHO 3ED61A AMARELO (ORIGINAL) – IMPRESSORA HP DESIGNJET T250	3	30 Unidades	R\$ 213,36 (un)	-	R\$ 213,36	0,3%	R\$ 6.400,80
10) CARTUCHO 3ED62A PRETO (ORIGINAL) – IMPRESSORA HP DESIGNJET T250	3	30 Unidades	R\$ 252,67 (un)	-	R\$ 252,67	0,3%	R\$ 7.580,10
11) CARTUCHO 3ED61A AZUL (ORIGINAL) – IMPRESSORA HP DESIGNJET T250	3	30 Unidades	R\$ 276,33 (un)	-	R\$ 276,33	0,4%	R\$ 8.289,90



Relatório gerado no dia 13/05/2026 09:58:14 (IP: 131.72.96.58)
Código Validação: d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=d%252bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%252bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%253d%253d> 1 / 7



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

12) CARTUCHO MULTI COLORIDO PARA IMPRESSORA HP	3	20 Unidades	R\$ 115,66 (un)	-	R\$ 115,66	0,1%	R\$ 2.313,20
13) CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP – L 5652DN MULTIFUNCIONAL LASER COM REDE E DUPLEX AVANÇADO.	3	320 Unidades	R\$ 96,66 (un)	-	R\$ 96,66	1,3%	R\$ 30.931,20
14) CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP – L 2540 DW MULTIFUNCIONAL.	3	295 Unidades	R\$ 198,07 (un)	-	R\$ 198,07	2,5%	R\$ 58.430,65
15) CILINDRO BROTHER DR1060 / PARA TONER TN1060 / DCP1512 HL1112 DCP1602	3	107 Unidades	R\$ 115,20 (un)	-	R\$ 115,20	0,5%	R\$ 12.326,40
16) CILINDRO BROTHER DR-3440 TN-3472 TN-3422 TN-344 2 TN-3492 / 5652	3	27 Unidades	R\$ 138,00 (un)	-	R\$ 138,00	0,2%	R\$ 3.726,00
17) CONECTORES CAT 6	3	1.400 Unidades	R\$ 5,57 (un)	-	R\$ 5,57	0,3%	R\$ 7.798,00
18) CONECTOR RJ-45 PLUGUE CABO REDE C/ 100 UNIDADES	3	56 Unidades	R\$ 77,23 (un)	-	R\$ 77,23	0,2%	R\$ 4.324,88
19) FONE DE OUVIDO, TIPO HEADSET, POTÊNCIA 100 (MÁXIMA) MW	3	74 Unidades	R\$ 139,96 (un)	-	R\$ 139,96	0,4%	R\$ 10.357,04
20) GRAXA PARA PELÍCULA METALICA DO FUSOR / TAPCAMP 20G	3	66 Unidades	R\$ 61,11 (un)	-	R\$ 61,11	0,2%	R\$ 4.033,26
21) GRAXA CONDUTIVA PARA CARTUCHOS DE TONER TA PCAMP 20G	3	76 Unidades	R\$ 34,50 (un)	-	R\$ 34,50	0,1%	R\$ 2.622,00
22) GRAXA PARA PELÍCULA DE FUSOR E MECANISMO / TAPCAMP 20G	3	66 Unidades	R\$ 66,26 (un)	-	R\$ 66,26	0,2%	R\$ 4.373,16
23) KIT MANUTENÇÃO KYOCERA ECOSYS M2040DN	3	20 Unidades	R\$ 1.522,35 (un)	-	R\$ 1.522,35	1,3%	R\$ 30.447,00
24) KIT REFIL TINTA COM 04 CORES EPSON 13110 3150 T544 EPSON 544 K M Y C	3	159 Unidades	R\$ 112,33 (un)	-	R\$ 112,33	0,8%	R\$ 17.860,47
25) LEITOR SCANNER CÓDIGO DE BARRA SEM FIO USB 1D HZ-1100LW.	3	14 Unidades	R\$ 195,08 (un)	-	R\$ 195,08	0,1%	R\$ 2.731,12
26) MIKROTIC – GROOVE A-52HPN	3	12 Unidades	R\$ 762,22 (un)	-	R\$ 762,22	0,4%	R\$ 9.146,64
27) MOUSE SEM FIO 2.4GHZ - WM118.	3	151 Unidades	R\$ 106,00 (un)	-	R\$ 106,00	0,7%	R\$ 16.006,00
28) MOUSE OPTICAL BASIC COM FIO USB.	3	220 Unidades	R\$ 54,22 (un)	-	R\$ 54,22	0,5%	R\$ 11.928,40
29) PELÍCULA DO FUSOR BROTHER DCP-L5652DN	3	274 Unidades	R\$ 144,33 (un)	-	R\$ 144,33	1,7%	R\$ 39.546,42
30) PELÍCULA DO FUSOR BROTHER DCP8112DN HL5452D N DCP8152DN DCP8157DN	3	226 Unidades	R\$ 135,00 (un)	-	R\$ 135,00	1,3%	R\$ 30.510,00
31) PELÍCULA DO FUSOR HP P1102 P1102W M1210 M1212 M1113 M1132 / METÁLICA	3	64 Unidades	R\$ 106,38 (un)	-	R\$ 106,38	0,3%	R\$ 6.808,32
32) PEN DRIVER 16 GB	3	90 Unidades	R\$ 48,92 (un)	-	R\$ 48,92	0,2%	R\$ 4.402,80
33) PEN DRIVE TWIST 64GB USB LEITURA 10MB/S E GRAVAÇÃO 3MB/S PRETO.	3	90 Unidades	R\$ 47,67 (un)	-	R\$ 47,67	0,2%	R\$ 4.290,30
34) PEN DRIVE 68GB	3	72 Unidades	R\$ 45,53 (un)	-	R\$ 45,53	0,1%	R\$ 3.278,16
35) REFIL DE PÓ DE TONER SAMSUNG 1KG	3	208 Unidades	R\$ 189,61 (un)	-	R\$ 189,61	1,7%	R\$ 39.438,88
36) REFIL DE PÓ DE TONER KYOCERA 1KG	3	300 Unidades	R\$ 149,55 (un)	-	R\$ 149,55	1,9%	R\$ 44.865,00
37) REFIL DE PÓ DE TONER HP 1KG	3	100 Unidades	R\$ 182,63 (un)	-	R\$ 182,63	0,8%	R\$ 18.263,00



Relatório gerado no dia 13/05/2026 09:58:14 (IP: 131.72.96.58)
Código Validação: d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=d%252bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%252bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%253d%253d> 2 / 7



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

38) REFIL DE PÓ DE TONER LEXMARK 1KG	3	20 Unidades	R\$ 777,67 (un)	-	R\$ 777,67	0,7%	R\$ 15.553,40
39) REFIL PARA IMPRESSORA HP SMART TANK 517 CIANO (AZUL)	3	30 Unidades	R\$ 56,75 (un)	-	R\$ 56,75	0,1%	R\$ 1.702,50
40) REFIL PARA IMPRESSORA HP SMART TANK 517 (AMARELO)	3	30 Unidades	R\$ 64,08 (un)	-	R\$ 64,08	0,1%	R\$ 1.922,40
41) REFIL PARA IMPRESSORA HP SMART TANK 517 (MAGENTA)	3	30 Unidades	R\$ 64,08 (un)	-	R\$ 64,08	0,1%	R\$ 1.922,40
42) REFIL PARA IMPRESSORA HP SMART TANK 517 (BLACK)	3	30 Unidades	R\$ 54,82 (un)	-	R\$ 54,82	0,1%	R\$ 1.644,60
43) REFIL PARA IMPRESSORA MEGA TANK G6010 CIANO (AZUL)	3	50 Unidades	R\$ 79,44 (un)	-	R\$ 79,44	0,2%	R\$ 3.972,00
44) REFIL PARA IMPRESSORA MEGA TANK G6010 (AMARELO)	3	50 Unidades	R\$ 49,35 (un)	-	R\$ 49,35	0,1%	R\$ 2.467,50
45) REFIL PARA IMPRESSORA MEGA TANK G6010 (MAGE NTA)	3	50 Unidades	R\$ 76,87 (un)	-	R\$ 76,87	0,2%	R\$ 3.843,50
46) REFIL PARA IMPRESSORA MEGA TANK G6010 (BLACK)	3	50 Unidades	R\$ 96,68 (un)	-	R\$ 96,68	0,2%	R\$ 4.834,00
47) REFIL TINTA ORIGINAL BK 544 (PRETO) – IMPRESSORA EPSON ECO TANK L3150	3	58 Unidades	R\$ 57,66 (un)	-	R\$ 57,66	0,1%	R\$ 3.344,28
48) REFIL TINTA ORIGINAL Y 544 (AMARELO) – IMPRESSORA EPSON ECO TANK L3150	3	56 Unidades	R\$ 83,35 (un)	-	R\$ 83,35	0,2%	R\$ 4.667,60
49) REFIL TINTA ORIGINAL M 544 (MAGETA) – IMPRESSORA EPSON ECO TANK L3150	3	56 Unidades	R\$ 72,62 (un)	-	R\$ 72,62	0,2%	R\$ 4.066,72
50) REFIL TINTA ORIGINAL C 544 (AZUL) – IMPRESSORA EPSON ECO TANK L3150	3	56 Unidades	R\$ 52,92 (un)	-	R\$ 52,92	0,1%	R\$ 2.963,52
51) REFIL TINTA EPSON 664 (PRETO)	3	29 Unidades	R\$ 96,27 (un)	-	R\$ 96,27	0,1%	R\$ 2.791,83
52) REFIL TINTA EPSON 664 (AMARELO)	3	19 Unidades	R\$ 74,17 (un)	-	R\$ 74,17	0,1%	R\$ 1.409,23
53) REFIL TINTA EPSON 664 (MAGENTA)	3	19 Unidades	R\$ 78,00 (un)	-	R\$ 78,00	0,1%	R\$ 1.482,00
54) REFIL TINTA EPSON 664 (AZUL)	3	19 Unidades	R\$ 68,26 (un)	-	R\$ 68,26	0,1%	R\$ 1.296,94
55) REFIL TINTA CANON MEGA TANK GI10 GM2010 G6010 G7010 PRETA	3	30 Unidades	R\$ 84,35 (un)	-	R\$ 84,35	0,1%	R\$ 2.530,50
56) REFIL TINTA CANON MEGA TANK GI10 GM2010 G6010 G7010 AMARELA	3	30 Unidades	R\$ 55,60 (un)	-	R\$ 55,60	0,1%	R\$ 1.668,00
57) REFIL TINTA CANON MEGA TANK GI10 GM2010 G6010 G7010 MAGENTA	3	30 Unidades	R\$ 65,50 (un)	-	R\$ 65,50	0,1%	R\$ 1.965,00
58) REFIL TINTA CANON MEGA TANK GI10 GM2010 G6010 G7010 AZUL	3	30 Unidades	R\$ 75,00 (un)	-	R\$ 75,00	0,1%	R\$ 2.250,00
59) REFIL TINTA CANON MEGA TANK MG311 G-3111 G4111 G4100 GL190 PRETO	3	35 Unidades	R\$ 92,25 (un)	-	R\$ 92,25	0,1%	R\$ 3.228,75
60) REFIL TINTA CANON MEGA TANK MG311 G-3111 G4111 G4100 GL190 AMARELO	3	35 Unidades	R\$ 96,00 (un)	-	R\$ 96,00	0,1%	R\$ 3.360,00
61) REFIL TINTA CANON MEGA TANK MG311 G-3111 G4111 G4100 GL190 MAGENTA	3	35 Unidades	R\$ 106,67 (un)	-	R\$ 106,67	0,2%	R\$ 3.733,45
62) REFIL TINTA CANON MEGA TANK MG311 G-3111 G4111 G4100 GL190 AZUL	3	35 Unidades	R\$ 77,00 (un)	-	R\$ 77,00	0,1%	R\$ 2.695,00
63) RÉFIL TONER PARA IMPRESSORA BHOTHER – DCP – L 5652 DN - MULTIFUNCIONAL LASER COM REDE E DUPLEX AVANÇADO. 1KG	3	326 Quilogramas	R\$ 139,09 (un)	-	R\$ 139,09	1,9%	R\$ 45.343,34
64) RÉFIL TINTA AMARELA PARA IMPRESSORA MULTIFU NCIONAL EPSON	3	34 Unidades	R\$ 67,99 (un)	-	R\$ 67,99	0,1%	R\$ 2.311,66



Relatório gerado no dia 13/05/2026 09:58:14 (IP: 131.72.96.58)
Código Validação: d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%253d%253d> 3 / 7



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ECOTANK L 5590- TANQUE DE TINTA COLORIDA
USB WI-FI ADF.

65) RÉFIL TINTA PRETA PARA IMPRESSORA MULTIFUNCI ONAL EPSON ECOTANK L 5590- TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF.	3	34 Unidades	R\$ 94,26 (un)	-	R\$ 94,26	0,1%	R\$ 3.204,84
66) RÉFIL TINTA AZUL PARA IMPRESSORA MULTIFUNCI ONAL EPSON ECOTANK L 5590- TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF.	3	34 Unidades	R\$ 43,30 (un)	-	R\$ 43,30	0,1%	R\$ 1.472,20
67) RÉFIL TINTA VERMELHA PARA IMPRESSORA MULTIF UNCIONAL EPSON ECOTANK L 5590- TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF.	3	34 Unidades	R\$ 64,06 (un)	-	R\$ 64,06	0,1%	R\$ 2.178,04
68) RÉFIL TONER PARA IMPRESSORA BROTHER – DCP -L 2540DW MULTIFUNCIONAL. 1 KG	3	354 Quilogramas	R\$ 76,63 (un)	-	R\$ 76,63	1,2%	R\$ 27.127,02
69) ROLO PRESSÃO DO FUSOR BROTHER DCP8080 DCP80 85	3	162 Unidades	R\$ 83,97 (un)	-	R\$ 83,97	0,6%	R\$ 13.603,14
70) ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP-L5652DN	3	116 Unidades	R\$ 169,33 (un)	-	R\$ 169,33	0,8%	R\$ 19.642,28
71) ROLO PRESSÃO DO FUSOR BROTHER MFC7460 / MFC7460N / DCP7065DN	3	112 Unidades	R\$ 126,33 (un)	-	R\$ 126,33	0,6%	R\$ 14.148,96
72) ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP-L2540DW MFC-L27 40DW DCP-L2520DW	3	225 Unidades	R\$ 87,06 (un)	-	R\$ 87,06	0,8%	R\$ 19.588,50
73) ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP-8152 8157 8512 8912 8112 5452 8155	3	225 Unidades	R\$ 192,99 (un)	-	R\$ 192,99	1,9%	R\$ 43.422,75
74) ROLO FUSOR BROTHER DCP8070 DCP8080 HL5380 MF C8890 DCP8085	3	142 Unidades	R\$ 69,11 (un)	-	R\$ 69,11	0,4%	R\$ 9.813,62
75) ROLO FUSOR BROTHER DCP-L2540DW MFC-L2740DW DCP-L2520 HL-L2360DW	3	235 Unidades	R\$ 143,00 (un)	-	R\$ 143,00	1,4%	R\$ 33.605,00
76) ROLO FUSOR BROTHER DCP7060 DCP7065DN MFC736 0N	3	112 Unidades	R\$ 130,00 (un)	-	R\$ 130,00	0,6%	R\$ 14.560,00
77) TECLADO EXTERNO INTERFACE USB, PADRÃO ABNT 2	3	207 Unidades	R\$ 91,30 (un)	-	R\$ 91,30	0,8%	R\$ 18.899,10
78) TECLADO PARA COMPUTADOR COM FIO USB	3	84 Unidades	R\$ 54,90 (un)	-	R\$ 54,90	0,2%	R\$ 4.611,60
79) TECLADO PARA COMPUTADOR DEKSTOP.	3	68 Unidades	R\$ 35,33 (un)	-	R\$ 35,33	0,1%	R\$ 2.402,44
80) TONER BROTHER TN660 / DCP-L2540 DCP-L2520 MFC-L2740 MFC-L2700 MFC-L2720 PREMIUM 2.6K	3	263 Unidades	R\$ 36,35 (un)	-	R\$ 36,35	0,4%	R\$ 9.560,05
81) TONER BROTHER TN3332 / DCP-8112 HL-5452DN DCP-8152DN MFC-8512DN PREMIUM 8K	3	189 Unidades	R\$ 62,91 (un)	-	R\$ 62,91	0,5%	R\$ 11.889,99
82) TONER HP 105A W1105A / 107A 107W 135A 135W COM CHIP / IMPORTADO 1K	3	74 Unidades	R\$ 103,74 (un)	-	R\$ 103,74	0,3%	R\$ 7.676,76
83) TONER HP 85 A	3	150 Unidades	R\$ 136,33 (un)	-	R\$ 136,33	0,9%	R\$ 20.449,50
84) TONER HP 83 A	3	100 Unidades	R\$ 75,31 (un)	-	R\$ 75,31	0,3%	R\$ 7.531,00
85) TONER LASER PRINTER TN 2340	3	200 Unidades	R\$ 76,92 (un)	-	R\$ 76,92	0,7%	R\$ 15.384,00
86) TONER ORIGINAL – CLT – C404S/XAZ – CARTIGE C (AZUL) – IMPRESSORA SAMSUNG XPRESS C480FW	3	30 Unidades	R\$ 188,67 (un)	-	R\$ 188,67	0,2%	R\$ 5.660,10
87) TONER ORIGINAL – CLT – M404S/XAZ – CARTIGE M (MANGETA) – IMPRESSORA SAMSUNG XPRE	3	30 Unidades	R\$ 47,67 (un)	-	R\$ 47,67	0,1%	R\$ 1.430,10



Relatório gerado no dia 13/05/2026 09:58:14 (IP: 131.72.96.58)
Código Validação: d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d> 4 / 7



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

SS C480FW							
88) TONER ORIGINAL – CLT – Y404S/XAZ – CARTIGE Y (AMARELO) – IMPRESSORA SAMSUNG XPRES S C480FW	3	30 Unidades	R\$ 532,67 (un)	-	R\$ 532,67	0,7%	R\$ 15.980,10
89) TONER ORIGINAL – CLT – K404S/XAZ – CARTIGE K (PRETO) – IMPRESSORA SAMSUNG XPRESS C480FW	3	30 Unidades	R\$ 100,30 (un)	-	R\$ 100,30	0,1%	R\$ 3.009,00
90) TONER ORIGINAL TN 750/TN780, IMPRESSORA BROTH ER MFC 8512DN	3	182 Unidades	R\$ 226,95 (un)	-	R\$ 226,95	1,8%	R\$ 41.304,90
91) TONER ORIGINAL TN 3472, IMPRESSORA BROTHER L5 652DN	3	174 Unidades	R\$ 460,00 (un)	-	R\$ 460,00	3,4%	R\$ 80.040,00
92) TONER ORIGINAL DR-2340 – IMPRESSORA BROTHER DCP-L2540DW	3	142 Unidades	R\$ 483,27 (un)	-	R\$ 483,27	2,9%	R\$ 68.624,34
93) TONER ORIGINAL COLOR LASER JET PRO MFP M176N	3	30 Unidades	R\$ 517,00 (un)	-	R\$ 517,00	0,7%	R\$ 15.510,00
94) TONER TK-1175 (PRETO) IMPRESSORA KYOCERA-ECO SOYS M2040 DN/L	3	200 Unidades	R\$ 176,67 (un)	-	R\$ 176,67	1,5%	R\$ 35.334,00
95) TONER TN – 3332/TN-3382 (PRETO) DCP-8112DN HL-545 2DN DCP-8152DN MFC-8512DN / PREMIUM 8K	3	120 Unidades	R\$ 139,00 (un)	-	R\$ 139,00	0,7%	R\$ 16.680,00
96) TONER BROTHER DCP – L3551CDW	3	110 Unidades	R\$ 488,93 (un)	-	R\$ 488,93	2,3%	R\$ 53.782,30
97) TONER BROTHER DCP – 7065DN 7065 7055 7360N	3	135 Unidades	R\$ 91,43 (un)	-	R\$ 91,43	0,5%	R\$ 12.343,05
98) TONER BROTHER TN1060 DCP-1602 DCP-1512 DCP-161 7	3	90 Unidades	R\$ 338,00 (un)	-	R\$ 338,00	1,3%	R\$ 30.420,00
99) TONER BROTHER TN650/580 DCP-8080DN DCP8070DN DCP8085DN	3	121 Unidades	R\$ 166,47 (un)	-	R\$ 166,47	0,9%	R\$ 20.142,87
100) UNIDADE DE CILINDRO KYOCERA P2235 M2040DN M 2640 DK-1170	3	174 Unidades	R\$ 1.748,33 (un)	-	R\$ 1.748,33	13,1%	R\$ 304.209,42
101) UNIDADE CILINDRO BROTHER DR3440 DR-3440 / DCPL DN	3	172 Unidades	R\$ 181,22 (un)	-	R\$ 181,22	1,3%	R\$ 31.169,84
102) UNIDADE DE CILINDRO BROTHER DR-2340 / DCP-L25 40DW	3	258 Unidades	R\$ 129,67 (un)	-	R\$ 129,67	1,4%	R\$ 33.454,86
103) UNIDADE DE CILINDRO BROTHER DR-420 DR410 DR 450 / TN420 TN410 TN450	3	169 Unidades	R\$ 154,15 (un)	-	R\$ 154,15	1,1%	R\$ 26.051,35
104) UNIDADE DE CILINDRO BROTHER DR-520 DR520 / TN580 TN650/DCP8070/8080/8585	3	140 Unidades	R\$ 144,78 (un)	-	R\$ 144,78	0,9%	R\$ 20.269,20
105) UNIDADE FUSORA BROTHER HL5340 HL5350 DCP808 0 DCP8085 MFC8480	3	107 Unidades	R\$ 521,93 (un)	-	R\$ 521,93	2,4%	R\$ 55.846,51
106) UNIDADE FUSORA BROTHER DCP7065DN DCP7055 H L2130 HL2270DW MFC7360N	3	67 Unidades	R\$ 739,54 (un)	-	R\$ 739,54	2,1%	R\$ 49.549,18
107) UNIDADE FUSORA BROTHER HL2320D HL-L2360DW DCP-L2540DW	3	78 Unidades	R\$ 585,57 (un)	-	R\$ 585,57	2%	R\$ 45.674,46
108) UNIDADE FUSORA BROTHER DCP8112 HL-5452DN D CP-8152DN DCP-8157DN	3	73 Unidades	R\$ 1.200,56 (un)	-	R\$ 1.200,56	3,8%	R\$ 87.640,88
109) UNIDADE DE IMAGEM BROTHER DR 5652	3	292 Unidades	R\$ 140,04 (un)	-	R\$ 140,04	1,8%	R\$ 40.891,68



Relatório gerado no dia 13/05/2026 09:58:14 (IP: 131.72.96.58)
Código Validação: d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d> 5 / 7



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

110) UNIDADE DE IMAGEM BROTHER DR 2540	3	297 Unidades	R\$ 144,96 (un)	-	R\$ 144,96	1,9%	R\$ 43.053,12
111) REFIL DE TINTA ORIGINAL CANON GI-10 AMARELO (Y).	3	12 Unidades	R\$ 63,31 (un)	-	R\$ 63,31	0%	R\$ 759,72
112) TINTA CANON GL-10 BK PRETO (BLACK) BK	3	12 Unidades	R\$ 87,00 (un)	-	R\$ 87,00	0%	R\$ 1.044,00
113) TINTA CANON GI-10C (CIANO) C 70ML.	3	12 Unidades	R\$ 74,72 (un)	-	R\$ 74,72	0%	R\$ 896,64
114) TINTA CANON GI-10M MAGENTA 70ML	3	12 Unidades	R\$ 77,76 (un)	-	R\$ 77,76	0%	R\$ 933,12
115) HD EXTERNO POTÁTIL 500GB	3	13 Unidades	R\$ 436,34 (un)	-	R\$ 436,34	0,2%	R\$ 5.672,42
116) CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA PANTUM M6700DW - SERIE 5D8077 MULTIFUNCIONAL LASER	3	60 Unidades	R\$ 38,63 (un)	-	R\$ 38,63	0,1%	R\$ 2.317,80
117) UNIDADE FUSORA KYOCERA ECOSYS M2040DN	3	20 Unidades	R\$ 1.876,77 (un)	-	R\$ 1.876,77	1,6%	R\$ 37.535,40
118) UNIDADE DE IMAGEM BROTHER L2540DW	3	84 Unidades	R\$ 188,96 (un)	-	R\$ 188,96	0,7%	R\$ 15.872,64
119) UNIDADE DE IMAGEM BROTHER MFC 8512DN	3	54 Unidades	R\$ 113,33 (un)	-	R\$ 113,33	0,3%	R\$ 6.119,82
120) UNIDADE DE IMAGEM HP 135W	3	4 Unidades	R\$ 87,00 (un)	-	R\$ 87,00	0%	R\$ 348,00
121) ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP-L2540DW	3	82 Unidades	R\$ 100,02 (un)	-	R\$ 100,02	0,4%	R\$ 8.201,64
122) ROLO DE PRESSÃO BROTHER MFC 8512DN	3	82 Unidades	R\$ 119,07 (un)	-	R\$ 119,07	0,4%	R\$ 9.763,74
123) ROLO DE PRESSÃO HP 135W	3	2 Unidades	R\$ 115,33 (un)	-	R\$ 115,33	0%	R\$ 230,66
124) ROLO FUSOR BROTHER DCP-L2540DW	3	2 Unidades	R\$ 143,33 (un)	-	R\$ 143,33	0%	R\$ 286,66
125) ROLO FUSOR BROTHER MFC 8512DN	3	22 Unidades	R\$ 115,44 (un)	-	R\$ 115,44	0,1%	R\$ 2.539,68
126) ROLO FUSOR HP 135W	3	2 Unidades	R\$ 111,67 (un)	-	R\$ 111,67	0%	R\$ 223,34
127) CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER DCP - L 2540DW	3	4 Unidades	R\$ 140,73 (un)	-	R\$ 140,73	0%	R\$ 562,92
128) CILINDRO PARA IMPRESSORA MFC 8512DN	3	4 Unidades	R\$ 74,92 (un)	-	R\$ 74,92	0%	R\$ 299,68
129) CILINDRO PARA IMPRESSORA HP 135W	3	4 Unidades	R\$ 50,90 (un)	-	R\$ 50,90	0%	R\$ 203,60
130) CABO DE FORÇA PARA DESKTOP	3	8 Unidades	R\$ 35,07 (un)	-	R\$ 35,07	0%	R\$ 280,56
131) CABO USB PARA IMPRESSORA PADRÃO 1,5M	3	5 Unidades	R\$ 33,32 (un)	-	R\$ 33,32	0%	R\$ 166,60
132) ADAPTADOR WIRELESS USB 300MBPS	3	4 Unidades	R\$ 105,14 (un)	-	R\$ 105,14	0%	R\$ 420,56
133) REPETIDOR WIRELESS 300MBPS 2.4GHZ/5GHZ	3	4 Unidades	R\$ 121,00 (un)	-	R\$ 121,00	0%	R\$ 484,00
134) SWITCH DE REDE 5 PORTAS 1000MBPS	3	4 Unidades	R\$ 229,70 (un)	-	R\$ 229,70	0%	R\$ 918,80
135) SSD DE ARMAZENAMENTO EXTERNO 120GB	3	4 Unidades	R\$ 108,85 (un)	-	R\$ 108,85	0%	R\$ 435,40
136) CABO VGA PADRÃO PARA PC	3	4 Unidades	R\$ 21,40 (un)	-	R\$ 21,40	0%	R\$ 85,60



Relatório gerado no dia 13/05/2026 09:58:14 (IP: 131.72.96.58)
Código Validação: d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=d%2bcwS7o59hkcIbVpBa6vWk%2bLeUT10CMvKq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d> 6 / 7



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82



48



Relatório gerado no dia 13/05/2026 09:58:14 (IP: 131.72.96.58)
Código Validação: d%2bcwS7oS9hkciBvPbBa6vWk%2bLeUT10CMvkq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=d%2bcwS7oS9hkciBvPbBa6vWk%2bLeUT10CMvkq5jPaR25YqHU8nPtm6WA%3d%3d> 7 / 7

13. DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

13.1 O cabimento do Sistema Registro de Preços-SRP se dá em razão de não existir uma demanda predefinida, uma vez que esta dependerá das necessidades manifestadas pelos responsáveis das Secretarias e Fundos Municipais, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços-ARP.

13.2 Vale ressaltar que em razão da necessidade de contratação frequente dos itens objeto desta licitação, a necessidade de entrega parcelada e a impossibilidade de definição real de quantitativos a serem demandados justificam-se a adoção do SRP, nos incisos II e III do § 1º do artigo 47 da Lei 14133/21, que o parcelamento deve levar



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

em consideração: "o custo da Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com a divisão do objeto em itens; III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercados".

13.3 A existência de Preços registrados, não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a Preferência de fornecimento em igualdade de condições, redação dada pelo Art.16, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

13.4 Muito embora seja bastante delicado abranger o parcelamento como ferramenta objetiva, mesmo assim se esforça o legislador em cataloga-lo como "princípio" referente às compras, devendo-se levar em consideração (§ 2º do artigo 40): "I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes; II – o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração do mercado".

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 O acompanhamento e fiscalização do recebimento dos bens, bem como o responsável, ficará a cargo dos senhores abaixo relacionados para fiscalizar o presente objeto:

- ARIVAN FIGUEIREDO VINENTE, CPF nº 010.132.572-00, para fiscalizar o que compete ao Gabinete do Prefeito.
- JOSÉ MARIA SOARES LIMA, CPF nº 594.924.142-87, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Planejamento e Administração;
- MOIARA GEMAQUE CARDOSO, CPF nº 517.525.572-04, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
- RICHARD GERMANO DE CASTRO BARBOSA, CPF nº 701.212.052-58, o que compete a Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- DEMERSON LAVOR PRINTES, CPF nº 805.203.912-68, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração;
- VALÉRIA GATO DA SILVA, CPF nº 966.373.232-68, para fiscalizar o que compete a Secretaria de Integração Municipal;
- LUIS VITOR ALVES VERAS, CPF nº 979.221.102-00, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social;
- DANIEL LEITE PEREIRA, CPF nº 518.556.402-44, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;
- ELIS MARIA DE ALMEIDA DOS SANTOS, CPF nº 000.434.902-47, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Esporte;
- JOSÉ LEANDRO DA LUZ LOBATO, CPF nº 881.431.472-15, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
- CARLA TAIANE DOS SANTOS REIS, CPF nº 045.290.472-29, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Comunicação;
- ENDRESSON DA SILVA RAMOS, CPF nº 017.109.202-38, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Habitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

➤ VIVIANE DE SOUZA FARIAS, CPF nº 518.555.262-04, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal de Eficiência Governamental.

➤ EDNARA MAIA SANTOS, CPF nº 016.997.122-80, para fiscalizar o que compete a Secretaria Municipal da Juventude.

15. LASTRO ORÇAMENTÁRIO

50

15.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**, exercício de 2025, na classificação abaixo:

2.005 - Manutenção das Atividades Gabinete do Prefeito

2.007 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

2.013 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento e Administração

2.016 - Manutenção da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico

2.020 - Manutenção da Secretaria de Eficiência Governamental

2.023 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

2.051 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração

2.052 - Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente

2.053 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura

2.057 - Manutenção da Secretaria Municipal de Esporte

2.073 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura

2.088 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Integração

2.090 - Manutenção da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social

2.092 - Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Habitação

2.105 - Manutenção da Secretaria Municipal de Comunicação

2.107 - Manutenção da Secretaria da Juventude

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Subelemento de Despesa: 3.3.90.30.17 – Material de Processamento de Dados

15.2 No Sistema de Registro de Preços, deve haver previsão do critério de julgamento que será adotado, o qual, de acordo com o art. 82, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e art. 11 do Decreto nº 11.462/2023, será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado, bem como a indicação da duração do contrato.

15.3. O registro deste processo terá vigência de 12 (doze) meses, e os contratos atendendo necessidades das partes envolvidas.

16. FORO

16.1. Fica eleito, para dirimir eventuais controvérsias oriundas da contratação, o Foro da Comarca de Oriximiná Estado do Pará, com expressa renúncia de qualquer outra, por mais especial ou privilegiado que seja.

Oriximiná/PA, 14 de abril de 2026.

De acordo:

João Bosco Oliveira de Almeida
Secretário Municipal de Planejamento e Administração
Decreto nº 026/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026-SRP-PMO

O Município de Oriximiná, através da Prefeitura Municipal, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 2336, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **05.131.081/0001-82**, neste ato representado pelo **Sr. JOSÉ WILLIAN SIQUEIRA DA FONSECA**, Prefeito de Oriximiná, brasileiro, casado, titular do RG nº 35084405 SSP/AM e CPF nº 017.372.655-08, residente e domiciliado na Rua Pedro Carlos de Oliveira, nº 4112, bairro Cidade Nova, neste Município de Oriximiná, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026-SRP-PMO**, processo administrativo n.º 02/2024-PMO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada equalificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-seas partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de insumos, peças e acessórios para impressoras, notebooks e computadores, para suprir as necessidades do gabinete do prefeito e secretarias municipais do município de Oriximiná/PA, para atender a demanda desta Administração Pública, em consonância com as quantidades, nas especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
REPRESENTANTE:						
E-MAIL			TEL.:			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QTD.	UNIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1						
2						
TOTAL GERAL						

3. DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos/serviços citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor/prestador, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

52

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor/prestador assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na Integral, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

3.1. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, de acordo com a respectiva solicitação, onde o recebimento da mercadoria deverá ser atestado pelo servidor responsável pelo recebimento, o qual fará a conferência, conforme a ordem de compra e nota fiscal emitida pela licitante vencedora.

Parágrafo primeiro: No caso de prestação de serviços, estes deverão ser prestados na unidade requisitante e atestados pelo servidor responsável do respectivo Setor/Departamento, o qual fará a conferência, de acordo com a ordem de compra.

Parágrafo segundo: O prazo de entrega do produto será de conforme descrito na ordem de compra, contados da expedição da mesma, salvo justificativa apresentada pelo licitante vencedor, desde que aceito pela administração.

3.2. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos produtos ou prestação dos serviços acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens/serviços, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será creditado em favor do Fornecedor/prestador, por meio de ordem bancária, o qual ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo Segundo: Será procedida consulta "em sites oficiais" antes do pagamento a ser efetuado ao Fornecedor/prestador, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo Terceiro: Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do Fornecedor/prestador. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Quarto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = **6%**

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

A **compensação** financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

3.3. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Parágrafo primeiro: A entrega dos serviços só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

Parágrafo segundo: O Fornecedor/prestador ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

4.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 - Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 - O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

condição.

5.13 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

56

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da atata como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

7.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 - O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

8.7 - Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

58

9.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 - Por razão de interesse público;

9.4.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

59

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Oriximiná-PA, ____ de _____ de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO
GERENCIADOR
C.N.P.J. nº _____
CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL
C.N.P.J. nº _____
CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO Nº. ____/2026 - PMO

Pregão Eletrônico Nº.: **PE - ____ - PMO/2026**

Processo Licitatório Nº.: ____ - **PMO/2025**

Gestor do Contrato: **____NOME____**

Fiscal do Contrato: **____NOME____**

Fonte de Recursos: **Recurso próprio**

60

Instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, de um lado o Município de ORIXIMINÁ através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 05.131.081/0001-82, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 2336, Centro, cidade de Oriximiná - PA, neste ato representada por seu titular o Sr. _____, brasileiro, _____, titular do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada à _____, nº _____, bairro _____, na cidade de ____/UF, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF/MF nº _____, residente e domiciliado(a) _____, nº _____, Bairro _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de insumos, peças e acessórios para impressoras, notebooks e computadores, para suprir as necessidades do gabinete do prefeito e secretarias municipais do município de Oriximiná/PA, nas especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Discriminação do objeto contratado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	UNIDADE	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
TOTAL GERAL					R\$	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ENTREGA, RECEBIMENTO OU MEDIÇÃO)

2.1. O prazo de entrega do objeto licitado será conforme indicado no Termo de Referência, após a apresentação da requisição emitida pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Oriximiná e em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratada estará passível de sanções administrativas.

2.2. O fornecimento dos itens será de forma parcelada e rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, obedecendo todos os requisitos das Ordens de Serviço/Fornecimento expedidas pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Oriximiná que indicará o ITEM, quantitativo, local de entrega e demais dados necessários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

2.3. Durante o recebimento, o contratante poderá exigir a substituição de qualquer dos(s) bens/materiais que não esteja de acordo com a(s) especificação (ões) do Termo de Referência, do presente Edital, sem qualquer ônus para a administração pública.

2.4. Demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência.

61

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 15, inciso IX do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual exceto nas condições autorizadas no termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. O valor ordinário do presente Instrumento fica ajustado em **R\$ _____ (_____)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**, no exercício de 2026.

Dotação Orçamentária:

Dotação Orçamentária:

XXXX - XXXXXXXXXXXX

Elemento de Despesa:

XXXX - XXXXXXXXXXXX

Sub elemento de Despesa:

XXXX - XXXXXXXXXXXX

Fonte de recursos:

Recursos Próprios

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **30 (trinta)** dias após a entrega/execução, mediante apresentação de documento fiscal/fatura correspondente ao fornecimento/serviço efetuado, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais e/ou de execução do serviço.

7.2. Os pagamentos poderão ser efetuados mediante **crédito em conta corrente** da CONTRATADA, por ordem bancária, conforme dados fornecidos pela mesma, da forma seguinte:

7.2.1. Banco: __, Agência: nº. __ Conta Corrente: nº __



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

7.2.2. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Contratante para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.3. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.3.1. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.4. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.7. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reajuste:

8.1.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.1.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.1.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.1.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2. Do reequilíbrio:

8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

8.2.2. O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo;
- 9.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 14.133/2021;
- 9.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a execução;
- 9.4. Processar e liquidar a fatura correspondente, através de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao PRESTADOR DE SERVIÇO;
- 9.5. Comunicar imediatamente a Contratada qualquer incorreção que venha acontecer que esteja incompatível com objeto licitado;
- 9.6. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham ser formalmente solicitados pela Contratada e pertinente ao objeto;
- 9.7. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação;
- 9.8. Notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para sua correção;
- 9.9. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, por intermédio de servidor designado para atuar como fiscal do contrato, que será responsável por comunicações, notificações, solicitações, requisições e demais atos relativos à execução do contrato, anotando em registro próprio as ocorrências da relação contratual;
- 9.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.11. Demais obrigações encontram-se definidos no Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A CONTRATADA compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido deste Projeto Básico/Termo de Referência;
- 10.2. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 10.3. **A CONTRATADA será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Processo Licitatório;**
- 10.4. A CONTRATADA será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos dos seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;
- 10.5. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA;
- 10.6. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere a CONTRATANTE à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- 10.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

- 10.4. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto da CONTRATANTE, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;
- 10.9. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 10.10. Manter, durante o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.11. Utilizar materiais solicitados neste termo de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e o prazo de validade, sendo vedada a utilização de produtos com alterações de características, ainda que dentro do prazo de validade;
- 10.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 10.13. Será considerada recusa formal da contratada a não entrega do objeto no prazo estabelecido, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, assim reconhecido pela CONTRATANTE;
- 10.14. Cumprir os horários de entrega do objeto deste contrato estabelecidos pela CONTRATANTE;
- 10.15. Possuir certificação digital do CNPJ da empresa, para assinatura dos contratos e aditivos que vierem a surgir da contratação;
- 10.16. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- 10.17. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.19. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

10.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.25. Demais obrigações encontram-se definidos no Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Impedimento de licitar e contratar;
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- IV - Multa.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

11.4.2. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

11.4.3. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05(cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Aplicam-se também para extinção contratual os artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CASOS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

15.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o **Foro da Comarca da Cidade de Oriximiná/PA**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ORIXIMINÁ, ____ de ____ de 2026.

***Representante legal do
Contratante***

***Representante legal da
Contratada***



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (INICIAL)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-___/2026-SRP-PMO

70

Prezados Senhores,
Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preços de fornecimento de bens
(_____), pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	UNIDADE	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
TOTAL GERAL					R\$	
(Valor total por extenso)						

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel./Fax: _____

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

RG nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Localidade, ____ de _____ de _____.

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

OBSERVAÇÕES: 1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL DO LICITANET e as especificações constantes do Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-___/2026-SRP-PMO

71

Prezados Senhores,

_____(nome e qualificação do representante)_____, como representante devidamente constituído da empresa (nome da empresa/CNPJ)_____, sito a _____, doravante denominado Licitante, para os fins disposto no item _____ do Edital _____, DECLARA, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela empresa _____(nome da empresa / CNPJ)_____, e que o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentação da proposta, não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) que não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que diz respeito a participação ou não no presente certame;

d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto do referido certame;

e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado ou discutido com qualquer integrante da Equipe de Apoio, com a Pregoeiro ou representante ou funcionário da Secretaria Responsável pela licitação, antes da abertura oficial das propostas;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Localidade, ____ de _____ de _____.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-___/2026-SRP-PMO

72

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município de Oriximiná/MG, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.

5. A LICITANTE/CONTRATADA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo Município de Oriximiná/PA.

A LICITANTE/CONTRATADA, fica obrigada a comunicar o Município de Oriximiná/PA, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Localidade, ____ de _____ de _____.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ATENDE O ART. 63, INCISOS I E IV

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-___/2026-SRP-PMO

73

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº ___, inscrito no CPF sob o nº _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- Atendem aos requisitos de habilitação,
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por fim **DECLARA** pela **veracidade das informações prestadas**, na forma da lei.

Localidade, ___ de _____ de _____.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88.

(Em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854 de 07/10/99, regulamentado pelo Decreto nº 4.358 de 05/09/02)

74

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-__/2026-SRP-PMO

Prezados Senhores,

____(**nome da empresa**)____, CNPJ/MF n.º ____, sediada ____(**endereço completo**)____, declara, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Localidade, ____ de _____ de _____

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SETOR DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.131.081/0001 - 82

**ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-___/2026-SRP-PMO

75

Prezados Senhores,

_____(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____ portador (a) da Carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº _____, sob penas da Lei, que esta empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação com Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu Art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido nessa Lei Complementar. Na presente data é considerada:

(....) **MICROEMPRESA** – Receita bruta a anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

(....) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta a anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

Observação:

- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento fa licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

(Localidade) _____ de _____ de _____

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL

Obs: A declaração acima deverá se assinalada com “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.